

MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**DO ORAL PARA O ESCRITO:
UM OFÍCIO DO TAQUÍGRAFO PARLAMENTAR**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
2005

MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

**DO ORAL PARA O ESCRITO:
UM OFÍCIO DO TAQUÍGRAFO PARLAMENTAR**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Especialista em Língua Portuguesa, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Vanda Maria da Silva Elias.

AGRADECIMENTOS

À Professora Edila Viana, pelas aulas particulares e gratuitas e pela indicação de material bibliográfico de grande utilidade não só ao presente trabalho, mas também ao meu dia-a-dia de “retextualizadora”.

À Professora Heloisa Barbosa, pelos ajuizados conselhos acerca da abordagem do trabalho dos taquígrafos.

À Professora Marisa Costa, pela leitura e comentários, principalmente da parte relativa à análise do *corpus*.

Ao grande parceiro de trabalho, Edison Ikeda, pelo incentivo da pesquisa e pela pronta disponibilização das fitas gravadas e das atas, tanto impressas quanto em disquetes.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Guarulhos, Vereador Gilberto Penido, pela permissão para o uso do material que constitui o *corpus* da pesquisa.

Ao Professor João Sayeg, pela sugestão do tema e pela apresentação aos trabalhos de Marcuschi.

Ao Professor Luiz Antônio Marcuschi, pela solicitude no envio do texto de Cortelazzo.

Ao Professor Waldir Cury, pelo envio do material bibliográfico relativo à taquigrafia, mesmo antes de tê-lo disponibilizado na internet.

Às taquígrafas Eldia da Silva e Telma Jorginfeldt, pela leitura e pelos comentários da parte relativa à taquigrafia.

Finalmente, meus agradecimentos especiais à Professora Vanda Elias, pelo empenho na orientação deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA	2
1.1 LINGUAGEM ORAL & LINGUAGEM ESCRITA	2
1.2 GÊNEROS TEXTUAIS	11
2. REFLEXÕES SOBRE A TAQUIGRAFIA	15
2.1 A TAQUIGRAFIA NO PARLAMENTO BRASILEIRO	18
2.2 O TAQUÍGRAFO PARLAMENTAR	25
2.3 O TRABALHO DO TAQUÍGRAFO PARLAMENTAR	27
2.4 O ORADOR PARLAMENTAR E SEU DISCURSO	31
3. ANÁLISE DE TRECHOS DE TRANSCRIÇÕES TAQUIGRÁFICAS	38
3.1 COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	38
3.2 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
GLOSSÁRIO	53
BIBLIOGRAFIA	56

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por finalidade verificar, no texto transcrito pelo taquígrafo, as alterações ocorridas em relação ao texto oral.

A passagem do texto oral para o escrito é feita por diversos métodos, como a estenotipia, a taquigrafia e a simples degravação (transcrição) de fitas. Como no parlamento brasileiro há predominância da taquigrafia e devido ao nosso envolvimento com os serviços de taquigrafia da Câmara Municipal de Guarulhos, nossa escolha recaiu sobre o ofício do taquígrafo parlamentar.

Definido o objetivo, solicitamos permissão à Presidência da Câmara para utilizar material relativo às sessões ordinárias realizadas no ano de 2001 na pesquisa. A solicitação foi atendida, porém com ressalvas quanto à identificação dos oradores. Assim sendo, os oradores são denominados simplesmente “ORADOR” ou “ORADORA” e as pessoas citadas por eles são representadas pela letra “x” entre colchetes.

Das setenta e sete atas que tivemos à nossa disposição, analisamos algumas e escolhemos a 23ª Sessão Ordinária, realizada em 7 de maio de 2001, da qual extraímos três trechos, que transcrevemos com base nas normas apresentadas por Fávero et al (2003:118-19) e cotejamos com os textos finais apresentados pelas taquígrafas.

Este trabalho é composto de três capítulos: Reflexões sobre a linguagem oral e escrita, Reflexões sobre a taquigrafia e Análise de trechos de transcrições taquigráficas. Conta ainda, além das considerações finais, com um pequeno glossário de termos legislativos.

1. REFLEXÕES SOBRE A LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

Neste capítulo procedemos à análise das obras de Marcuschi (2003a), Marcuschi (2003b), Koch (2002), Koch (2003), Fávero et al (2003) e Bazerman (2005), pois as consideramos relevantes ao embasamento teórico da pesquisa, tanto no que se refere à linguagem oral e escrita quanto no tocante aos gêneros textuais e discursivos.

1.1 Linguagem oral & Linguagem escrita

A obra de Luís Antônio Marcuschi, *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*, é o ponto de partida para nossa pesquisa. Nessa obra, além de asseverar que são os usos que fundam a língua, não o contrário, Marcuschi (2003a) afirma que é a intenção comunicativa que funda o uso da língua, não a morfologia ou a gramática. Relata como fato curioso que, geralmente, quem se dedica aos estudos da relação entre língua falada e língua escrita habitualmente trabalha o texto falado e raramente analisa a língua escrita, apesar de as observações serem feitas, muitas vezes, sob a ótica da escrita.

A escrita não pode ser tida como uma representação da fala, em parte porque não consegue reproduzir muitos fenômenos da oralidade, tais como a prosódia, a gestualidade, os movimentos do corpo e dos olhos, dentre outros, informa o autor.

Marcuschi (2003a) utiliza o termo “retextualização” para designar um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido do texto. O autor informa que o termo foi empregado por Neusa Travaglia (1993) em um trabalho sobre a tradução de uma língua para outra – como tradução de uma modalidade para outra (da modalidade oral para a escrita).

Não obstante a importância da compreensão por parte do retextualizador daquilo que o produtor do texto disse ou quis dizer, tais operações evidenciam uma série de aspectos da relação oralidade-escrita nem sempre bem compreendidos por quem retextualiza. O não-entendimento de um texto não impede a retextualização, mas pode conduzir a uma transformação problemática, que pode chegar ao falseamento.

Toda atividade de retextualização implica uma interpretação prévia nada desprezível em suas conseqüências e há nessa atividade uma espécie de tradução endolíngüe que, como toda tradução, tem uma complexidade muito grande. Compreender não equivale a compreender bem, pois compreensão é um processo cognitivo de apropriação de conteúdos e sentidos mediante uma interferência direta sobre o apreendido.

Sobre a alteração da fala do orador, Marcuschi (2003a) relata uma situação em que um entrevistado reclamou que lhe haviam sido atribuídas palavras que não teria proferido. Tratava-se da fusão de perguntas e respostas que o entrevistador justificou como ato lícito. O autor faz o seguinte comentário a respeito desse procedimento:

Se fosse um discurso indireto teria sido menos acintoso aos olhos do entrevistado. O problema é que, além de haver uma operação de transformação com acréscimos e fusões, há ainda a *atribuição de autoria* desse mesmo segmento. Baste isso para mostrar como a retextualização é perigosa.

Destacam-se como relevantes nessa obra de Marcuschi, as seguintes variáveis nos processos de retextualização:

Propósito ou objetivo da retextualização. Quanto a esta variável, dependendo da finalidade da transformação, pode haver uma diferença bastante acentuada no nível de linguagem do texto, já que é comum uma fala descontraída e casual receber uma transformação mais descontraída e uma fala formal receber uma transformação mais formal.

Relação entre o produtor do texto original e o transformador. Quando é o próprio autor que retextualiza, freqüentemente são realizadas mudanças drásticas, apesar de não serem eliminadas todas as características orais do texto. Uma pessoa que retextualiza o texto de outra, tem mais “respeito” pelo original e faz um menor número de mudanças no conteúdo, embora possa fazer muitas intervenções na forma.

Relação tipológica entre o gênero textual original e o gênero da retextualização. No caso da relação tipológica, temos a transformação de um gênero textual falado para o mesmo gênero escrito. Por exemplo, a passagem de uma narrativa oral para uma narrativa escrita produz modificações menos drásticas que de um gênero a outro, como no caso, por exemplo, da passagem

de uma entrevista de um cientista concedida a um jornalista e passada para um jornal na forma de um artigo de divulgação científica.

Os processos de formulação típicos de cada modalidade. Esse tópico está relacionado às estratégias de produção textual vinculadas à modalidade oral e à modalidade escrita.

Sobre os processos de transcrição, Marcuschi aponta que transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados. Há uma série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas no procedimento de transcrição. Essas mudanças devem ser realizadas com cautela para não interferir na natureza do discurso produzido, tanto do ponto de vista da linguagem quanto do conteúdo.

Transcrever, diz Marcuschi, não é uma atividade de metalinguagem nem uma atividade de simples interpretação gráfica do significante sonoro. A transcrição representa uma passagem, uma transcodificação que já é uma primeira transformação, mas não é ainda uma retextualização.

Afirma, com base em Rey-Debove (1996:78), que se pode dizer que o texto oral transcrito perde seu caráter originário e pessoal e passa por uma neutralização devida à transcodificação. Assevera que é necessário considerar que há uma atividade onipresente na atividade de transcrição, que é a compreensão, pois sempre transcrevemos uma dada compreensão que temos do texto oral. Toda transcrição é uma espécie de adaptação e, nesse procedimento, ocorrem perdas, pois sempre haverá algo que escape ou que mude. Basta pensar na entoação e nos aspectos gestuais e mímicos, sem contar com a situação física que desaparece, alerta Marcuschi.

Uma faceta importante dos processos de transcrição apontada pelo autor diz respeito a questões éticas, já que a transcrição pode reproduzir preconceitos na medida em que discrimina os falantes. Com relação a esse tema, continua o autor mais adiante:

Sob o ponto de vista sociolinguístico, no caso de operações de transformação dialetológica e mesmo estilística, deve-se ter o cuidado de não descaracterizar aspectos identitários relevantes (pois a fala é um fator de identidade) ou produzir retextualizações implicitamente preconceituosas (frisando aspectos morfológicos não-padrão ou escolhas léxicas inusuais). Isto se dá particularmente em entrevistas, quando se encobre ou se enfatiza a procedência

sociocultural do entrevistado por estratégias de substituição/manutenção lexical ou ênfase de idiosincrasias e realizações socioletais.

Marcuschi (2003a) aponta que a escrita pode imitar certas características peculiares e tendenciais apresentadas pela oralidade (repetição de elementos, redundância informacional, fragmentariedade sintática, marcadores freqüentes, hesitações, correções etc), utilizando-se de uma série de elementos gráficos ou de certos recursos (pontuação, aspas e outros), os quais permitem a “oralização” ou mesmo a “gestualização” em certas condições.

Com relação às regras de editoração, o autor menciona a regra de eliminação mínima formulada por Taylor & Cameron (1987:138), a qual prevê que não sejam eliminados materiais lingüísticos além do necessário e que a editoração só estará completa quando a pré-descontinuidade, seguida pela pós-continuidade, formar uma seqüência gramatical pelas regras da língua. Ressalta que há descontinuidades que não são merecedoras de editoração, tais como as repetições.

As atividades de transformação, que constituem a retextualização em sentido estrito, dizem respeito a operações que vão além da simples regularização lingüística, pois envolvem procedimentos de substituição, de reordenação, de ampliação/redução e de mudanças de estilo. Há, em conseqüência, mudanças de conteúdo, mas essas não devem atingir pelo menos o valor-verdade dos enunciados.

Marcuschi atesta que são relativamente poucos os estudos que se detiveram, com detalhe, à análise dos processos de transformação de textos falados em textos escritos. Dos quatro estudos que destaca, encontra-se o de Cortelazzo (1985), que cotejou a gravação do discurso de um parlamentar italiano com sua cópia estenográfica e constatou modificações substanciais que interferem na verdade do dito pelo orador.

Uma das características da oralidade é a repetição, seja de itens lexicais, de sintagmas, de orações ou mesmo de estruturas, o que gera construções paralelas em grande quantidade. Essas repetições são eliminadas na escrita em conjunto com as redundâncias informacionais e algumas reformulações parafrásticas. De igual modo, eliminam-se pronomes pessoais, sobretudo os egóticos, que têm sua identificação marcada pela forma verbal de

primeira pessoa, mas isso não ocorre com o pronome “ele” que, em certos casos, é até mesmo acrescido, ressalta Marcuschi.

O autor comenta os trabalhos de retextualização feitos durante um curso de especialização por quatro professoras de nível médio, com formação universitária, cujo material retextualizado era proveniente de uma entrevista de TV com uma professora universitária e doutoranda, a respeito da Língua Portuguesa. As retextualizadoras tinham como objetivo transformar a entrevista oral em um texto que pudesse ser publicado como entrevista em um jornal. O texto que elas apresentaram sofreu um nível de eliminação relativamente baixo, o que Marcuschi julga dever-se ao cuidado que a entrevistada teve ao dar a entrevista e à experiência das retextualizadoras no trato com a Língua Portuguesa.

Segundo Marcuschi, há autores que imaginam que a mudança de estrutura sintática, desde que não altere o valor-verdade do enunciado, não tem relevância semântica. Contudo, ele argumenta que não é esse o caso, pois as construções sintáticas têm valor semântico e por isso, nas retextualizações que interferem na ordem sintática, há uma interpretação subjacente que pode levar a uma outra força ilocutória.

Marcuschi deixa patente que a escrita não é uma representação da fala e a fala não é o lugar do caos. Chama, mais uma vez, a atenção para a necessidade da compreensão do texto:

Veja-se quanta confusão é gerada na comunicação diária quando temos que desdizer o que dizem que dissemos. Pois é comum as pessoas dizerem que alguém disse algo e depois serem desditas. Não é sem razão que a maioria das autoridades políticas tem seus porta-vozes, cuja missão é interpretar o que o chefe disse, já que isso nem sempre é evidente como o chefe imaginava.

As reflexões de Marcuschi muito se aplicam ao cotidiano do taquígrafo. Um fator por diversas vezes mencionado por ele é a necessidade da compreensão, por parte de quem retextualiza, do material retextualizado. No caso da taquigrafia, um professor europeu da primeira metade do século passado nos dá o exemplo:

A prática da estenografia requer atenção permanente do profissional. Este não age como mecânico, a registrar séries de sons ou palavras justapostas, para reprodução posterior. O que ele anota são idéias expressas por sons e palavras e o que dele se espera é a reprodução fiel dessas idéias. Tal objetivo o estenógrafo não alcançará plenamente a não ser que, ao longo do apanhamento, esteja em condições de compreender o sentido do que estenografa e, quando da tradução,

fixe particularmente sua atenção no sentido. Isto lhe permitirá produzir cópia exata do que foi dito (ou ditado). (Grifo nosso)

O texto acima, de autoria de Jos. Schaerlaekens, Professor de Taquigrafia e Delegado do Institut Royal Sténographique, sediado na França, foi publicado na *Revista Taquigráfica* nº 106, de novembro de 1949. Constatamos, pela procedência do autor e pela data da publicação, que compreender o texto e ser fiel à fala do orador, como recomenda Marcuschi ao longo de sua obra, é uma preocupação antiga e universal.

O texto e a construção dos sentidos de Ingedore Villaça Koch, na parte II, aborda os tópicos natureza da fala, atividades de construção do texto falado, tematização e rematização, repetição como estratégia de construção do texto falado e dinamicidade dos tópicos no texto conversacional.

Com relação à natureza da fala, a autora informa que fala e escrita constituem duas modalidades de uso da língua e, embora se utilizem do mesmo sistema lingüístico, possuem características próprias. Deixa claro que, apesar de constituírem duas modalidades de uso da língua, fala e escrita não devem ser vistas de forma dicotômica e estanque. Destaca ainda que nem todas as características que estabelecem as diferenças entre fala e escrita são exclusivas de uma ou de outra modalidade e que tais características foram sempre estabelecidas tendo o ideal da escrita por parâmetro, o que levou a uma visão preconceituosa da fala.

Em situações de interação face a face, o locutor que detém a palavra não é o único responsável pela produção do seu discurso, visto que os interlocutores estão juntamente empenhados na produção do texto, declara a autora, que chama ainda a atenção para o fato de que pressões de ordem pragmática que se sobrepõem às exigências da sintaxe obrigam o locutor a “sacrificar” a sintaxe em prol das necessidades da interação.

Quanto às atividades de construção do texto falado, são destacadas e analisadas as estratégias de inserção, de reformulação e de hesitação. A hesitação é apontada como um fenômeno indissociável da fala, pois enquanto as outras atividades podem ser consideradas cognitivamente “controladas” pelo locutor na maioria dos casos, a hesitação parece ser “não-controlada”.

No tocante à repetição como estratégia de construção do texto falado, a autora deixa claro que, apesar de avaliada de forma negativa, a repetição é uma estratégia básica de estruturação do discurso, seja pelas repetições literais enfáticas, seja pelos pares de sinônimos ou quase sinônimos ou mesmo pelas repetições de fala do interlocutor.

No que se refere à dinamicidade dos tópicos no texto conversacional, Koch trata do fenômeno da digressão e descreve alguns desses fenômenos, como as quase-digressões, as digressões baseadas no enunciado, as seqüências inseridas e as digressões baseadas na interação. Ela apresenta exemplos de ocorrências de digressões e informa que, a julgar pelos exemplos dados, as digressões não perturbam a coerência da conversação, mas na verdade ajudam a construí-la. Se é verdade que as digressões não só não prejudicam a coerência como também contribuem para estabelecê-la, na realidade não tem sentido falar em digressão conversacional: bastaria que se flexibilizasse a própria noção de tópico, afirma a autora.

Diversos fatores constituintes da linguagem falada abordados por Koch são verificados com freqüência no discurso parlamentar, principalmente as repetições e as digressões. O “sacrifício” da sintaxe em prol das necessidades da interação é uma prática constante na oratória parlamentar. Esse “sacrifício” é recomendado aos redatores da Rádio Câmara, no *Manual de Redação SECOM*:

A linguagem oral é diferente da linguagem escrita. Na primeira, são admitidas “liberdades” gramaticais inaceitáveis no texto impresso. O rádio, veículo essencialmente coloquial, recorre ao estilo da linguagem oral.

A regra número um do texto jornalístico de rádio é que a clareza manda mais que a gramática. É claro que o jornalista sempre deve ter bom texto – mas em rádio, em nome da clareza, são aceitos “erros” como frases sem verbo, repetição exagerada de palavras, vírgulas fora de lugar, neologismos e simplificações. O importante é facilitar, aos ouvintes, a compreensão da informação.

A assertiva de Koch sobre o “sacrifício da sintaxe” encontra-se também contemplada no Manual de Redação SECOM, o que reforça a importância da interação na linguagem falada.

Em *Oralidade e escrita – perspectivas para o ensino da língua materna*, Leonor Lopes Fávero et al informam que ultimamente têm sido realizadas muitas pesquisas sobre a língua falada e que mesmo que um

número crescente de trabalhos compare essa modalidade da linguagem com a modalidade escrita, muito ainda é preciso pesquisar a respeito das duas modalidades. Informam que muitos estudiosos têm se dedicado ao estudo das características da fala e da escrita; porém, não há consenso entre eles. A escrita tem sido vista como de estrutura complexa, formal e abstrata, enquanto a fala, como sendo de estrutura simples ou desordenada, informal, concreta e dependente do contexto.

No capítulo dedicado à organização da fala e da escrita, as autoras informam que, por conter um volume considerável de elementos pragmáticos (pausas, hesitações, alongamentos de vogais e de consoantes, repetições, ênfases, truncamentos, entre outros), a língua falada foi considerada, durante muito tempo, como sendo o lugar do caos. Elas destacam o estudo de Ventola (1979) a respeito da estrutura da conversação, em que é proposto um modelo de organização conversacional a partir de conversações espontâneas, que valoriza os seguintes itens:

Tópico ou assunto: é um meio de estabelecimento e manutenção dos relacionamentos sociais, já que abre e mantém o canal de comunicação, propiciando o contato entre os participantes;

Situação: os participantes precisam estar atentos às atividades verbais e não-verbais, pois não somente o que está sendo falado, mas a situação em que se fala pode afetar a conversação;

Papéis dos participantes: um dos papéis sociais normalmente destaca-se e determina que tipo de fala devemos usar em uma situação social particular;

Modo do discurso: é determinado pelo propósito da interação e dele decorre, por exemplo, um grau maior de formalidade;

Meio do discurso: corresponde ao canal de comunicação pelo qual a mensagem é transmitida oralmente.

No capítulo dedicado à coesão e à coerência no texto falado, as autoras afirmam que o texto conversacional é coerente e que, como obedece a processos de ordem cognitiva, muitas vezes fica difícil detectar marcas lingüísticas e discursivas dessa coerência. Acrescentam que a análise da

coesão e da coerência no texto falado deve ser feita de modo distinto daquela feita em textos escritos.

As autoras comentam e exemplificam quatro elementos que consideram básicos no texto conversacional e que são responsáveis pela sua organização:

Turno: é a produção de um falante enquanto ele está com a palavra, incluindo a possibilidade de silêncio;

Tópico discursivo: é aquilo sobre o que se está falando;

Marcadores conversacionais: a expressão serve para designar não só elementos verbais, mas também prosódicos e não-lingüísticos que desempenham uma função interacional qualquer na fala;

Par adjacente: pergunta-resposta, convite-aceitação ou recusa, pedido-concordância ou recusa, e saudação-saudação são dados como exemplos de par adjacente.

Com relação às atividades de formulação do texto, as autoras afirmam que essa atividade ocorre nas duas modalidades da língua, porém de forma distinta. As atividades de formulação do texto oral podem ser subdivididas em *stricto sensu*, quando o locutor não encontra problemas de processamento e de linearização, e *lato sensu*, quando o locutor encontra problemas de formulação e deve resolvê-los. Como problemas encontrados pelo locutor, são apontados e analisados os seguintes:

Hesitação: é um tipo de “problema” captado durante a formulação/linearização do texto;

Paráfrase: é uma atividade de reformulação pela qual se restaura o conteúdo de um texto-fonte, num texto derivado;

Repetição: é a produção de segmentos inteiros duas ou mais vezes, motivados por fatores de ordem interacional, cognitiva ou textual;

Correção: desempenha papel considerável entre os processos de construção do texto e corresponde à produção de um enunciado lingüístico.

No tocante às relações entre a fala e a escrita, as autoras apontam que é preciso lembrar que estamos trabalhando com duas modalidades pertencentes ao mesmo sistema lingüístico: o sistema da Língua Portuguesa,

com ênfase diferenciada em determinados componentes desse sistema. Assim, aquilo que se poderia considerar distinção, corresponde a diferenças textuais. Para analisar adequadamente um texto falado ou escrito, é preciso identificar os componentes que fazem parte da situação comunicativa, pois eles favorecem a interpretação dos papéis dos interlocutores, afirmam elas.

Este trabalho de Fávero et al, voltado para o ensino da língua materna, apresenta contribuições relevantes também para a compreensão do trabalho do taquígrafo parlamentar, pois a estrutura e os elementos da conversação analisados na obra assemelham-se à estrutura e aos elementos dos debates políticos em plenário.

1.2 Gêneros textuais

Nosso material de trabalho são textos. Dessa forma, se faz mister que haja algum embasamento sobre esse item. Marcuschi, da mesma forma que nos forneceu a pedra angular para os estudos sobre a linguagem oral e escrita, contribuiu efetivamente para nossas pesquisas no campo dos gêneros textuais.

No ensaio *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*, Marcuschi (2003b) define gêneros textuais como sendo fenômenos históricos profundamente vinculados à vida cultural e social, mas observa que eles não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa.

Os gêneros textuais multiplicaram-se após a invenção da escrita e daí em diante surgiram os gêneros típicos da escrita, observa o autor. Ele deixa claro que os gêneros expandiram-se com o florescimento da cultura impressa e evoluíram com os novos adventos da comunicação, tanto no campo da oralidade quanto no campo da escrita.

Marcuschi assevera que os novos gêneros textuais não são inovações absolutas sem uma ancoragem em outros gêneros já existentes e a tecnologia favorece o surgimento de formas inovadoras, porém não absolutamente novas. Os gêneros que emergiram no último século, no contexto das mais diversas mídias, criam formas comunicativas próprias. Essas formas comunicativas apresentam um certo hibridismo que desafia as relações

entre oralidade e escrita e inviabiliza a visão dicotômica ainda presente em muitos manuais de ensino de língua.

O suporte ou o ambiente em que os textos aparecem podem interferir no gênero do texto, pois há casos em que o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem determinam o gênero presente. Por esse motivo, as expressões “mesmo texto” e “mesmo gênero” não são automaticamente equivalentes se não estiverem no mesmo suporte.

O autor distingue tipo textual de gênero textual afirmando que usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição. Em geral os tipos textuais abrangem categorias como narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. A expressão gênero textual é definida como uma noção propositalmente vaga utilizada para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

A discussão entre texto e discurso desperta a atenção de Marcuschi, pois ele recomenda que se tenha cuidado para não confundi-los: texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual; discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva.

Tipo textual, gênero textual e domínios discursivos são explicados pelo autor. Segundo ele, para a noção de tipo textual, predomina a identificação de seqüências lingüísticas típicas como norteadoras; para a noção de gênero textual, predominam os critérios de ação prática, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade; os domínios discursivos são as grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam.

Com relação ao suporte mencionado por Marcuschi, poderíamos até mesmo dizer que do suporte depende a validade e a credibilidade do texto. A fala de um político no plenário, por exemplo, já que é registrada em ata, tem um valor muito mais forte que a mesma fala em uma conversa informal com eleitores.

Além do trabalho de Marcuschi sobre gêneros textuais, nos foi de grande valia *Gêneros textuais, tipificação e interação*, de Charles Bazerman. Nessa obra o autor salienta que, ao criar formas tipificadas ou gêneros, também somos levados a tipificar as situações nas quais nos encontramos. Quando nos deparamos com documentos, percebemos certas características que parecem sinalizar pertencerem a um gênero ou a outro e procuram realizar um certo tipo de interação conosco, afirma Bazerman.

Para caracterizar a forma com que os gêneros se configuram e se enquadram em organizações, papéis e atividades mais amplas, o autor propõe o conceito de conjunto de gêneros, que é a coleção de tipos de textos que uma pessoa, num determinado papel, tende a produzir; o conceito de sistema de gêneros, que compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas, de uma forma organizada; e o conceito de sistema de atividades de sala de aula, que engloba o sistema de gêneros. Chama ainda a atenção para as diferenças de padrões que os gêneros podem apresentar em diferentes domínios discursivos e justifica:

Se começamos a olhar artigos de pesquisas experimentais em Biologia e Psicologia, podemos observar diferenças características entre eles. Podemos, então, considerá-los naquilo em que são o mesmo gênero, e até onde se pode considerá-los diferentes. Assim, podemos refletir como as diferenças nas formas estão relacionadas às diferenças na organização social e na organização da atividade de cada campo.

Para lidar com o problema de caracterização de gêneros com os quais não estamos familiarizados ou quando os outros os compreendem de modo diferente, precisamos colher informações não apenas sobre os textos, mas também sobre como as outras pessoas entendem esses textos, salienta Bazerman. Ele apresenta os seguintes passos para se definir e realizar uma investigação sobre gênero: enquadramento dos propósitos e questões para delimitar o foco; definição do corpus; e seleção e aplicação de ferramentas analíticas.

Segundo Bazerman, a função elementar dos gêneros comunicativos na vida social é de organizar, rotinizar e condicionar as soluções para problemas comunicativos recorrentes. Sociedades diferentes não têm o mesmo repertório de gêneros comunicativos, bem como os gêneros comunicativos de uma época podem dissolver-se em processos comunicativos mais

“espontâneos”, enquanto outros gêneros até então pouco definidos podem se congelar em novos gêneros. Além disso, alguns gêneros surgem de atos e falas cotidianas mais comuns, tais como os atos de contar e de relembrar.

De acordo com Bazerman, o gênero “carta” parece ter servido como forma transitória para permitir a emergência de gêneros com uma função comunicativa definida e com amarras sociais. Ele afirma, com base em suas pesquisas, que há marcas do gênero “carta” em muitos documentos e cita letras de câmbio, cartas de crédito, livros do Novo Testamento, encíclicas papais e romances como exemplos de gêneros influenciados pelo gênero carta.

O lugar como determinante do tipo de gênero a ser utilizado é um destaque no estudo de Bazerman:

Mas ir ao lugar é apenas o primeiro passo, porque quando estiver lá, você precisará de acesso e encorajamento para se engajar com pessoas particulares em papéis específicos, usar recursos particulares e participar de experiências e atividades peculiares. Quando começar a escrever naqueles gêneros, você começará a pensar de maneira ativa, produzindo enunciados pertencentes àquela forma de vida, e também adotará todos os sentimentos, esperanças, incertezas e ansiedades relacionadas ao ato de tornar-se uma presença visível naquele mundo, participante das atividades disponíveis.

Bazerman afirma que cada pessoa que escreve competentemente para mais de uma área reconhece a necessidade de escrever diferentemente para diferentes áreas, com diferentes estados mentais, com diferentes motivos sociais, com diferentes ferramentas simbólicas e com a consciência dos diferentes interesses e conhecimentos das audiências.

Podemos constatar pelo trabalho de Bazerman que grande parte dos gêneros tem origem em outros gêneros, como também observa Marcuschi na apresentação dessa obra:

Assim, o ensaio sobre as cartas não só ilustra, mas comprova a tese de que os gêneros são formas típicas de usos discursivos da língua desmembradas de formas anteriores, pois os gêneros nunca surgem num grau zero, mas num veio histórico, cultural e interativo dentro de instituições e atividades preexistentes.

O lugar como determinante do tipo de gênero é um fato real e observado em nosso dia-a-dia. Nossos oradores no plenário, por exemplo, nem sempre apresentam o mesmo comportamento apresentado em outros locais. Essa diferença é causada pelas regras ditadas pelos Regimentos Internos das casas legislativas ou por interesses pessoais e/ou partidários.

Outro fator que verificamos influenciar no tipo de gênero é o momento da produção do discurso. Observamos, nas casas legislativas, que os parlamentares comportam-se de forma diversa no plenário dependendo do evento de que estejam participando – sessão ordinária ou extraordinária, sessão solene, audiência pública ou outros eventos –, do traje à expressão verbal.

2. REFLEXÕES SOBRE A TAQUIGRAFIA

Assim como nossa matéria são textos, o instrumento principal para a captação desses textos é a taquigrafia. Dessa forma, é imperioso que tracemos um histórico da taquigrafia e conceituemos sua utilização.

Como se pode imaginar, é reduzido o material bibliográfico sobre o assunto; porém, contamos com o trabalho de incansáveis pesquisadores da área, como Waldir Cury e Oscar Diniz Magalhães. O primeiro, além de contribuir com diversos textos relacionados ao assunto, criou e mantém o site www.taquigrafia.emfoco.nom.br de onde extraímos a maior parte das informações necessárias à realização de nossa pesquisa; o segundo, empreendeu minuciosa investigação sobre o assunto “taquigrafia” nos *Anais da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*.

Cury, em *Breve histórico da taquigrafia*, aborda o uso da técnica taquigráfica desde seus rudimentos até sua difusão pelo mundo. Discorre sobre os criadores dos diversos métodos de taquigrafia e sobre o material utilizado para taquigrafar, bem como sobre a utilização dessa escrita pelos poderes constituídos e por oradores ilustres da história mundial.

A respeito da invenção da taquigrafia, Cury informa que alguns estudiosos a atribuem aos hebreus; outros, aos gregos, mas ele deixa claro que não há sustentação para nenhuma das hipóteses.

O autor informa que Marco Túlio Tiro, escravo e secretário de Cícero, é autor das *Notas tironianas* (ou *Abreviações tironianas*), que constituíram o primeiro sistema organizado de taquigrafia. Essas *Notas* teriam sido usadas do século I a.C. até o final do século XI e ficado esquecidas por quatro séculos, até que foi publicada a obra intitulada *Poligrafia*, do monge

beneditino Johann Heidelberg, o qual menciona ter encontrado um livro de abreviaturas, que seriam as *Notas tironianas*.

Sobre o contato inicial do secretário de Cícero com a taquigrafia, Cury informa que alguns estudiosos supõem que Tiro, ao acompanhar Cícero numa viagem de estudos na Grécia, lá tenha aprendido as abreviaturas gregas e, de volta a Roma, tenha empreendido a tarefa de reforma das abreviaturas latinas em uso até então.

Ressalta que a decadência das *Notas tironianas* não acarretou uma total suspensão da estenografia entre os séculos XI e XVI, pois nesse período existiram manifestações teóricas e práticas alimentadas por um sistema de abreviaturas medievais e por outros sistemas especiais, como a *Ars Notaria*, a *Ars exceptoria* e a *Ars Notaria Aristotelis*.

Os taquígrafos tiveram um papel a cumprir quando da perseguição aos cristãos, pois, como o autor nos informa, julgamentos dos primeiros cristãos acusados de reuniões clandestinas e atos ofensivos contra a majestade imperial foram taquigrafados. Cita casos em que taquígrafos encarregados do registro de tais julgamentos recusaram-se a cumprir a tarefa, pois também eram cristãos. Como grande taquígrafo-mártir, destaca São Cassiano de Ímola, que utilizava a taquigrafia para difundir o cristianismo entre seus discípulos e foi denunciado por um de seus alunos. Sua pena foi a morte a golpes desferidos pelos seus discípulos, com os instrumentos utilizados no aprendizado.

A respeito da utilização da taquigrafia pela Igreja, Cury relaciona uma série de concílios que contaram com serviços de taquigrafia. Inicia sua relação com o Concílio de Nicéia, realizado em Bitínia em 325, e termina com o Concílio Vaticano II, realizado no período de 1962 a 1965, para o qual trinta seminaristas foram treinados em taquigrafia. Ainda sobre a relação da taquigrafia com a Igreja, o autor destaca que tivemos, no Ocidente, grandes padres da Igreja relacionados com a taquigrafia, como Santo Ambrósio, Santo Agostinho e São Gerônimo. A Igreja Católica não foi a única instituição religiosa a utilizar-se dos serviços da taquigrafia. Ela foi também muito usada pela Reforma Protestante. Cury relata:

Por ocasião das discussões religiosas realizadas em Worms entre Eck e Melancton, em 1540, o chanceler Nicola Perrenot Granvelle, ministro de Carlos V, que presidia as tais discussões, afirmou em relação ao dr. Kreutziger: “Os luteranos possuem um escrivão que é mais hábil do que todos os católicos romanos”.

Sobre as regras estabelecidas para o trabalho dos taquígrafos, o autor relata que havia normas rígidas e todas as transgressões eram severamente punidas, inclusive com o corte da mão daqueles que traduzissem e transcrevessem de modo infiel.

Utilizavam para escrever, tabuletas enceradas e um ponteiro, que tinha duas pontas: uma aguda para escrever e outra em formato de lâmina, para apagar o escrito. Na medida em que enchiam uma tabuleta, um escravo lhes entregava outra. O uso do papel pelos taquígrafos começou bem mais tarde, como se pode depreender do trecho abaixo:

Do século XIII ao XV acontece um fato que vem revolucionar o material de escrita. Começa-se a importar da China o papel de linho (planta da família das lináceas), que vem substituir o caríssimo e raro pergaminho. Acrescente-se a isto a adoção da pena de ganso.

Após a exposição sobre a taquigrafia na Idade Média, Cury apresenta vários autores dos tempos modernos, enumera diversos métodos criados a partir do século XVII e comenta suas particularidades. Cita, dentre eles, o método de Timothy Bright, intitulado *Characterie, an art of shorte, swifte and secrete writing by characters* como sendo a primeira reprodução impressa de um livro do gênero e que teria assegurado ampla difusão da taquigrafia. Outro método citado no texto é o de Samuel Taylor, cujo sistema – ainda bastante utilizado inclusive no Brasil – baseia-se na geometria e serviu de base a diversos outros sistemas, como o Pitman, o Gregg e o Martí. Esse último, criado pelo espanhol Francisco de Paula Martí y Mora, é bastante utilizado em países de língua castelhana e também no Brasil.

Cury relata que na Alemanha, diante da verdadeira enxurrada de escolas, de tendências e de métodos, o Governo alemão propôs estudos em prol de uma estenografia unitária, que foi adotada oficialmente em 1924.

Podemos observar pelo trabalho de Cury que a escrita rápida é uma preocupação constante dos envolvidos com o registro da fala, mas a rapidez da escrita não justifica negligência na captação e na transcrição. Verificamos

também que fidelidade ao exposto pelo orador é exigência constante desde os tempos mais remotos da história da taquigrafia.

Com relação à unificação dos métodos de taquigrafia na Alemanha, vale lembrar que a medida ocorreu no período entre guerras. Pode-se inferir, portanto, que tal norma está relacionada à necessidade de controle, por parte do governo alemão, de informações secretas. A diversidade de métodos taquigráficos seria um empecilho a esse controle, pois dificultaria a leitura de textos taquigrafados.

2.1 A taquigrafia no parlamento brasileiro

Oscar Diniz Magalhães, com seu ensaio *Nos primórdios da taquigrafia parlamentar brasileira*, resultado de pesquisa nos *Anais da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, nos dá conta dos primeiros passos da taquigrafia parlamentar no Brasil.

Magalhães destaca nesse texto um roteiro de trabalho para todos os servidores envolvidos na produção do *Diário*. Segundo o autor, a Redação do Diário da Assembléia constava de um redator, de três taquígrafos maiores, de seis taquígrafos menores, de dois escriturários, de um servente e de um administrador encarregado da venda do Diário.

Informa sobre o treinamento dos taquígrafos e da sua faina na redação. O desempenho dos taquígrafos e o conceito que lhes era atribuído são explícitos por meio da transcrição de falas dos próprios deputados constituintes e de comentários do redator. Sobre o treinamento desses profissionais, vale transcrever a fala de José Bonifácio de Andrada e Silva na sessão do dia 22 de maio de 1823:

O Sr. ANDRADA E SILVA – Eu quero somente fazer uma explicação para ilustrar a matéria. Logo que se convocou esta Assembléia viu Sua Majestade a necessidade de haver taquígrafos; eu fui encarregado de dar as precisas providências. Um oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros se incumbiu de abrir uma aula de taquigrafia; e alunos matriculados trabalharam nessa aula. Para que fossem mais assíduos Sua Majestade lhes mandou dar uma diária de duas patacas, obrigando-se eles a aprender esta arte do que deviam fazer uso em serviço da mesma Assembléia. Eis aqui o que tenho que dizer para que sirva de regulamento na deliberação.

Mais adiante, o autor informa que as diárias pagas aos taquígrafos durante o aprendizado foram descontadas posteriormente.

Observamos, pelos comentários do redator e pelas falas de alguns deputados transcritas pelo autor, que o trabalho dos taquígrafos deixava muito a desejar. O redator, para justificar sua dificuldade de redigir os textos para publicação no *Diário*, enumera falhas encontradas nas notas taquigráficas; alguns deputados queixam-se de falseamento de suas falas e de atribuição de fala a oradores diferentes, dentre outras incorreções. Como exemplo de queixa de deputado, vejamos o seguinte trecho:

O Sr. RODRIGUES DE CARVALHO – É preciso que a Assembléia conheça o estado dos taquígrafos. Em umas falas que hoje li e que o oficial-maior me mostrou, ninguém parava com riso; não havia nexos nem dedução de idéias; umas proposições sem verbo, outras sem nominativo; em uma palavra, tudo o que li só servia para rir. Portanto ou se não há de imprimir o Diário, ou há de dar-se ao redator faculdade de consultar os autores das falas.

Podemos verificar que os taquígrafos tinham sérias dificuldades com a rapidez da fala dos deputados, com o sussurro reinante no ambiente e com os ruídos externos, como observa o redator sobre um discurso do Deputado Andrada Machado:

Declarou o taquígrafo que o ilustre Deputado sustentara o artigo, mas que pela rapidez com que falara, e pelo sussurro das galerias, não pudera apanhar o seu discurso.

(...)

O taquígrafo declarou que o ilustre Deputado se eletrizara de tal maneira, e falara com tal rapidez, que o não pudera seguir, e que entendera somente que ele dizia que não falava do mundo da lua, e que tinha dito o que entendia a respeito do artigo.

Constata-se que os deputados preocupavam-se com os excessos na editoração dos discursos proferidos, como podemos constatar pelo seguinte trecho:

O Sr. ANDRADA MACHADO – Todas as atribuições que se dá aqui ao redator tendem somente a fazer brilhar gralhas com penas de pavão; eu quisera que todos os discursos saíssem com o cunho próprio, com o estilo difuso ou conciso de seu autor; mas deste modo aparecem todos com as mesmas vestiduras. Agora o que eu não consentirei jamais é que, na forma do artigo, se permita que o redator possa substituir às falas recolhidas pelos taquígrafos, outras diversas delas, quando tiverem sido trabalhadas de espaço, ou expostas de memória à assembléia.

O Sr. DIAS – Eu também sou de voto que não se admitam discursos que se não pronunciaram.

O Sr. ANDRADA MACHADO – Eu cuido que disso ninguém duvida; o que pretendo é que não se dêem outras diversas das que pronunciaram.

Magalhães salienta que o registro dos debates não era tão completo como seria desejável e que os apartes raramente constavam das publicações. Relata ainda que os redatores inseriam informações nos textos, que davam

conta de que os taquígrafos não haviam entendido a fala dos oradores. Justifica a baixa qualidade dos textos produzidos pelos taquígrafos pela pouca experiência, pela falta de supervisão e pelas precárias condições de trabalho em que labutavam:

Recém-vindos das carteiras escolares, ainda mal deixados por seu mestre – Isidoro da Costa e Oliveira Júnior – sem material de trabalho aperfeiçoado de que lançar mão e faltando-lhes tirocínio, qualquer orientação prática ou o conselho da experiência alheia; atirados para as margens do recinto, porque este era reservado para a austeridade dos Srs. Constituintes e, portanto, roubando-se-lhes o requisito fundamental para a execução de semelhante tarefa – ouvir bem; desestimulados pelas críticas, não raro descontroladas, que a todo o instante, face a face, se lhes formulavam, em consequência de omissões ou deformações devidas às próprias circunstâncias que os envolviam, continuavam, apesar dos pesares, em sua faina, embora, vez ou outra, cedendo a explosões de íntima indignação pelas injustiças e maus tratos de que eram alvo.

Muitas das dificuldades apontadas por Magalhães ainda são enfrentadas pelo taquígrafo parlamentar. Os sussurros e os ruídos externos ainda hoje são verdadeiros terrores para os responsáveis pela captação da fala dos oradores no plenário. É bem verdade que atualmente os taquígrafos não ficam distantes dos oradores, mas mesmo assim, se não fosse a providencial ajuda do gravador, a fidelidade dos textos seria tão comprometida quanto naquela época.

O *Manual de Procedimentos* do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados constitui excelente fonte de pesquisa sobre a atualidade da taquigrafia no parlamento brasileiro. Ele aborda todas as etapas de elaboração dos textos oriundos dos discursos parlamentares, tanto das sessões da Câmara dos Deputados quanto das sessões do Congresso Nacional, desde o registro taquigráfico até sua publicação. Além de descrever e roteirizar as atividades de todos os servidores envolvidos na produção dos textos – dentre esses os taquígrafos – o *Manual* conceitua os diversos eventos atendidos pelo Departamento de Taquigrafia e Debates e aborda os vários tipos de intervenção dos oradores.

Sobre a parte que compete aos taquígrafos, há orientações exemplificadas quanto à apresentação gráfica do texto produzido, a começar pelos nomes dos oradores, para os quais se exige o uso de macros. Os taquígrafos também são orientados a inserir observações padronizadas que identificam diversos aspectos do discurso parlamentar, como abaixo:

Em início de discurso, o nome do orador, grafado em caixa-alta e em negrito, será sempre seguido, entre parênteses, da sigla do partido a que pertence, bem como da sigla do Estado pelo qual se elegeu.

Exemplo:

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL-RJ. ...) –

Se o Parlamentar for mulher, é preciso fazer a indicação no feminino.

Exemplo:

A SRA. LAURA CARNEIRO (Bloco/PFL-RJ. ...)

Nos discursos de improviso, ao lado da identificação do orador, é preciso incluir a expressão “Sem revisão do orador.”

Exemplo:

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP. Sem revisão do orador.) –

A SRA. ANGELA GUADAGNIN (PT-SP. Sem revisão da oradora.) –

Há recomendações quanto aos procedimentos relativos às diversas formas de apartes que podem ocorrer durante a sessão. Além de orientações técnicas quanto à inserção de apartes no SITAQ¹, há diretrizes quanto à indicação do nome do aparteante e à inserção de textos lidos durante o aparte. As formas de apartes listadas e exemplificadas são: aparte consentido de forma subentendida; aparte formalmente permitido; pedidos repetitivos de apartes; aparte não permitido, mas efetivamente ocorrido; apartes intermitentes e aparte impróprio.

Quanto a expressões anti-regimentais, o *Manual* recomenda que o taquígrafo registre tudo normalmente, mas comunique o fato à chefia e siga as orientações pertinentes antes de disponibilizar o texto para os revisores. Os cortes de palavras ou expressões anti-regimentais são efetuados somente pela Revisão ou pela Supervisão, com a anuência da Diretoria do Departamento e da Secretaria-Geral da Mesa, como comprovamos pelo seguinte trecho:

Ao registrar expressões anti-regimentais, o taquígrafo deve imediatamente, antes de disponibilizar o texto para Revisão, comunicar o fato à chefia e seguir as orientações que dela receber. Neste caso, é bloqueada a publicação do discurso na Internet e, após a devida apreciação da Diretoria do Departamento e da Secretaria-Geral da Mesa, a Revisão deverá registrar, entre parênteses e em itálico, o seguinte:

(Texto escoimado de expressão anti-regimental, conforme art. 17, inciso V, alínea “b”, do Regimento Interno.)²

Informa ainda, o *Manual*, que manifestações fora do microfone não são consideradas como apartes e dá instruções exemplificadas sobre os procedimentos que devem ser tomados pelo taquígrafo nessas situações.

Conforme o caso, poderão ser indicadas com as seguintes expressões, entre parênteses e em itálico, no final da linha ou em novo parágrafo:

¹Sistema de Taquigrafia.

²“b) não permitir a publicação de pronunciamento ou expressões atentatórias do decoro parlamentar;”

(Palmas.)
 (Palmas prolongadas.)
 (Tumulto.)

A lista de exemplos é longa, porém transcrevemos apenas três a título de ilustração. Quando essas indicações forem feitas no recuo do parágrafo, deverá ser registrado o nome do orador para continuidade do discurso, lembra o *Manual*.

A inserção de textos é contemplada e exemplificada no *Manual*, da seguinte forma:

Leituras devem ser taquigrafadas e digitadas com recuo, em itálico, com aspas, exceto em CPIs.

A leitura de uma pequena frase ou expressão pode ser destacada apenas com itálico e aspas, no corpo do parágrafo e sem recuo.

Quando o orador lê o próprio discurso, não é preciso recuar; a não ser que o tenha proferido em outra ocasião e ao mesmo faça referência, lendo-o na íntegra.

Destaca-se o texto que não for de autoria do orador, leitura de artigos de jornais, revistas, etc.

Quanto à revisão de leituras, o procedimento é idêntico ao seguido nas sessões do plenário. Procura-se manter o texto, fazendo, se necessário, pequenas correções.

Não se faz revisão em documentos encaminhados.

O trabalho dos taquígrafos nas Comissões recebe destaque no *Manual*, que observa o seguinte no tocante às Comissões Parlamentares de Inquérito:

Toda CPI tem implicações de ordem jurídica, a maior parte penal; as notas taquigráficas constituem peças a serem enviadas ao Ministério Público para instruir possível processo judicial.

Os procedimentos indicados para o registro de CPIs, de depoimentos prestados em Comissões de Sindicância ou em outras reuniões que envolvam quebra de decoro parlamentar ou prática de crime são apresentados com critério no *Manual*, como podemos observar abaixo:

Transcrição de CPIs

- 1 - A transcrição de CPIs deve ser feita **ipsis verbis**.
- 2 - Manter total fidelidade às palavras do orador, procedendo-se estritamente a correções de grafia e de concordância verbal e nominal, inclusive em depoimentos.
- 3 - Não registrar ocorrências de gaguejos em geral, como, por exemplo: “tá”, “tô”, “é...”, “é, é, é...”, “de, de, de...”, “né...”, “né..., né..., né...” etc.
- 4 - Manter repetições de palavras e frases, principalmente em casos de ênfase.
- 5 - Ser criterioso na pontuação.
- 6 - Somente revisores e supervisores devem preencher o formulário do sumário nas CPIs. A falta do sumário dificulta o trabalho dos colegas que farão a concatenação.

7 - Não introduzir no texto nenhuma palavra ou expressão resultante de dedução lógica ou interpretação da intenção do orador/depoente. Só registrar o que realmente estiver gravado, audível e inteligível. Não inventar, nem acrescentar palavras não proferidas pelo orador/depoente.

8 - O recuo do parágrafo deve ser feito normalmente no registro de CPIs, com exceção das falas de depoentes.

9 - É de suma importância que taquígrafos e revisores reuçam seus trabalhos, vez que em CPIs é suprimida a fase de supervisão. Falhas quanto à fidelidade ou troca de palavras podem comprometer seriamente este Departamento.

10 - Em persistindo dúvidas, é conveniente consultar as chefias ou este Manual de Procedimentos.

Gírias, termos agressivos, frases imprecisas:

As declarações do depoente são consideradas depoimento tomado a termo, a exemplo do que ocorre em inquérito policial. Portanto, é preciso registrar o mais fielmente possível a fala do orador/depoente. Manter gírias, termos agressivos, frases imprecisas, correções e repetições. Porém, mesmo nestes casos, não registrar o uso exagerado de gaguejos e repetições.

Palavras ofensivas e de baixo calão devem ser grafadas como proferidas, sem subterfúgios, como metáforas ou abreviações. Não raro, será esse registro a prova de materialidade de crime contra a honra (calúnia, injúria ou difamação) ou de crimes contra a própria CPI.

Exemplo:

“Aquele bicha é um filho da puta.”

Obs.: Nesses casos, comunicar imediatamente à chefia do setor.

As observações deverão constar no formulário "Texto com Redação Final" – Sumário.

No caso de dúvidas, consulte a chefia do setor.

Necessidade de releitura das notas:

Reouvir a gravação, fazendo releitura das notas taquigráficas, para corrigir erros que por acaso tenham ocorrido. Lembrar que as notas podem instruir processos judiciais.

Pontuação

Prestar muita atenção na pontuação. Ela é fundamental para o entendimento da frase. Em caso de interrupção da frase, usar reticências.

Grafia e correção de erros

Verbos: Nos depoimentos não devem ser registradas abreviações ou más pronúncias dos verbos “estar”, “ser” e outros, que normalmente devem ser corrigidas:

- tó/estou;
- tava/estava;
- tá/está;
- tamos/estamos.

Contração de preposições e artigo não deve ser corrigida, desde que não prejudique o entendimento:

num: em + um.

numa: em + uma

Obs.: não usar “num” como variante (sinônimo) de “não”.

pra (sem acento)

pro.

Profissões e patentes: grafar por extenso, com a inicial minúscula.

Não substituir "a gente" por "nós"; "99" por "1999"; "tem" por "há"; "senhor" por "V.Exa.";

Não omitir os pronomes pessoais “eu”, “nós”.

No tocante a falas em língua estrangeira, há recomendação expressa no *Manual* para que o taquígrafo não registre essas intervenções, mesmo que se julgue competente para tal. Ele deve informar a ocorrência no local apropriado, conforme abaixo:

PRONUNCIAMENTOS EM IDIOMA ESTRANGEIRO

Proceder normalmente da seguinte forma:

O SR. BRIAN KEITH GOMEZ – (*Exposição em inglês.*)

Havendo a participação de tradutor na reunião, utilizar o seguinte procedimento:

O SR. BRIAN KEITH GOMEZ (*Exposição em inglês. Tradução.*)

OU

O SR. BRIAN KEITH GOMEZ (*Exposição em inglês. Tradução simultânea.*)

Em caso de versão do português para outro idioma, o que raramente ocorre, registrar:

O SR. FULANO DE TAL (*Versão para o inglês.*)

Se o depoente for estrangeiro, com a presença de intérprete, o texto será apresentado conforme o exemplo abaixo:

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS GALVÃO BRITTO (Intérprete) – (*Pergunta em inglês.*)

O SR. BRIAN KEITH GOMEZ - (*Resposta em inglês.*)

O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS GALVÃO BRITTO (Intérprete) – Nada, porque ele era apenas um companheiro.

Obs.: Não tente traduzir pronunciamentos em espanhol. Não obstante a semelhança com o português, há armadilhas lingüísticas – por exemplo, falsos cognatos – que podem inviabilizar o trabalho.

Exposições em português ou em português lusitano ocorridas durante as reuniões em Comissão serão normalmente registradas.

Cabe ao secretariado do DECOM³, alertado pelo DETAQ, providenciar a tradução de exposições ou depoimentos em língua estrangeira.

Os autores do *Manual* demonstram extrema preocupação com a fidelidade das transcrições, principalmente quando se trata de Comissões, como corrobora o texto abaixo, cujos grifos constam do *Manual*:

Importantíssimo: Nos trabalhos de Comissões, os cuidados com a redação devem ser os mesmos adotados nas sessões plenárias.

Não modificar o estilo do orador para impor estilo próprio. O registro de reunião de Comissões tem de ser o mais fiel possível, procedendo-se às correções gramaticais. Portanto, não modificar o que estiver correto. No caso de frases em ordem inversa, não alterar nem acrescentar ou omitir palavras.

Conferir atentamente a grafia do nome dos oradores.

Conferir palavras e expressões estrangeiras, títulos de livros, nome de autores, obras literárias, etc.

No caso de a dúvida não ser sanada, colocar o sinal (?) após a palavra ou o som correspondente à palavra.

Importante: Cabe ao taquígrafo ouvir toda a gravação, ainda que haja pausa, para se certificar de que a íntegra do quarto⁴ foi totalmente transcrita.

³Departamento de Comissões.

⁴“Quarto” é o trecho registrado pelo taquígrafo.

No caso de leitura de relatório, registrar o que for efetivamente dito, não acrescentando o que estiver escrito no texto apresentado, servindo este apenas de subsídio ao registro.

Deve-se também conferir nomes de empresas, pessoas, cidades, siglas, etc., além de se evitar a repetição exaustiva e desnecessária de vocábulos.

O *Manual de Procedimentos* do DETAQ é um verdadeiro espelho do que é a taquigrafia parlamentar hoje no Brasil. Se cotejarmos os ensinamentos do *Manual* com o ensaio de Magalhães, nos certificaremos de que a preocupação com a qualidade dos serviços de taquigrafia no Brasil – principalmente no que diz respeito à fidelidade ao dito pelo orador – é uma preocupação antiga que ainda prevalece.

Com a finalidade de proporcionar um melhor entendimento do que é o ofício do taquígrafo parlamentar, traçamos uma exposição do perfil desse profissional, bem como caracterizamos o orador parlamentar e o discurso produzido no plenário.

2.2 O taquígrafo parlamentar

Taquigrafia significa “escrita rápida”. O taquígrafo é um profissional da taquigrafia, portanto não podemos imaginar que ele não tenha, como uma de suas características marcantes, rapidez na escrita. Além dessa particularidade, o bom taquígrafo tem de reunir outras qualidades essenciais ao seu trabalho; algumas inatas, outras adquiridas.

No site <http://www.taquibras.com.br/taquigrafia.htm> encontramos, como requisitos físicos e mentais para o aprendizado da taquigrafia:

Boa visão – Para distinguir com nitidez os sinais traçados e fazer um trabalho em condições satisfatórias. **Boa audição** – Para entender perfeitamente as palavras ouvidas. **Boa memória** – Para reter e escrever as palavras proferidas à medida que são pronunciadas. **Pulso ágil e preciso nos movimentos** – Para que, além de firme e clara, seja a escrita feita com rapidez. **Autoconfiança** – Para não se descontrolar quando perder algumas palavras da oratória e não se deixar dominar pelo nervosismo ou outros fatores. **Serenidade** – Para não se deixar dominar pelas situações imprevistas e enfrentar com hombridade o aprendizado.

Os requisitos acima, considerados necessários para o aluno de taquigrafia, aplicam-se ao taquígrafo formado e atuante. Além desses requisitos, ele não pode medir esforços na busca de novos e diversificados conhecimentos, sob pena de tornar-se um profissional desatualizado e incapaz de acompanhar a evolução de sua clientela. Cury (1988) apregoa:

O taquígrafo profissional tem mesmo – por razão de ofício – de aumentar sempre e cada vez mais o seu cabedal, a sua bagagem cultural, para poder cada vez mais interpretar e redigir melhor. O taquígrafo há que ser um amante do aprender. Sua especialização deve ser sempre crescente e progressiva. Não existe um ponto de chegada.

Com relação à “bagagem cultural” a que Cury se refere, não podemos deixar de dar grande relevo ao constante estudo da língua pátria, não só com relação à norma culta, mas também e principalmente no que se refere à linguagem oral e à dinamicidade da língua. Como diria o Professor Evanildo Bechara, o taquígrafo tem de ser um “poliglota dentro da própria língua”.

Assim como o aluno de taquigrafia necessita de serenidade para “enfrentar com hombridade o aprendizado”, o taquígrafo necessita de autocontrole para não se envolver emocionalmente com os discursos que taquigrafam e com os episódios havidos no plenário, como no exemplo que encontramos em *Breve histórico da taquigrafia*:

Outro taquígrafo de Savonarola foi o irmão Stefano da Co' di Ponte. Mas este era tão emotivo que na pregação sobre Jó, em 1494, teve que interromper a taquigrafia, pois, conforme ele mesmo narra, foi tomado de tanta dor e tantas lágrimas que não pode continuar a taquigrafar.

Podemos observar que as casas legislativas, já no processo seletivo dos taquígrafos, demonstram que há necessidade de os taquígrafos terem domínio da língua portuguesa, como nos indica este trecho colhido no edital do concurso público para provimento do cargo de taquígrafos da Câmara Municipal de Guarulhos:

O profissional deverá, dentro do método que possui para taquigrafar, fazer anotações das sessões legislativas, reuniões, sessões, palestras e todos e quaisquer eventos indicados pela presidência da Casa e pelo encarregado, que necessitem transcrição e elaboração de ata; decodificar os símbolos anotados e transcrever as gravações para elaboração das atas; manter-se disponível durante o horário fixado pelo encarregado, sempre transcrevendo o que foi dito em forma escrita, com pontuação e gramática dentro de padrões escorreitos estabelecidos pela língua portuguesa.

O edital para concurso público destinado ao preenchimento de cargos vagos de Técnico de Apoio às Atividades da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na especialidade de taquígrafo, assim descreve as atribuições do cargo:

5 – Das atribuições do cargo

5.1 – Executar apanhamento taquigráfico em atividades do Plenário, das comissões e em outras atinentes a objetivos institucionais, político-parlamentares e administrativos da Assembléia Legislativa.

5.2 – Traduzir e digitar os apanhamentos taquigráficos, bem como proceder à revisão lingüística dos textos.

5.3 – Transcrever e proceder à revisão lingüística de pronunciamentos gravados em fitas magnéticas.

5.4 – Observar as normas técnicas para a perfeita execução e seqüência do apanhamento taquigráfico, de acordo com a orientação do titular do órgão.

5.5 – Executar tarefas relacionadas com as competências do órgão em que esteja lotado.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, no edital do concurso para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva em cargos de nível superior e de nível médio, demonstra extrema preocupação com o nível cultural de seus taquígrafos, como ilustra o trecho relativo aos conhecimentos específicos para esses profissionais. A título de ilustração, anexamos trecho do referido edital.

Vimos que o taquígrafo deve reunir predicados emocionais e culturais para bem desempenhar seu ofício. Além dessas qualidades, ele há de ser amigo das novas tecnologias, pois elas – a mais recente é a internet – se bem usadas, constituem ferramentas de extrema ajuda ao profissional da taquigrafia.

Especificamente com relação ao taquígrafo parlamentar, podemos acrescentar que, além das características apresentadas acima, a diversidade de domínios discursivos de que os oradores parlamentares fazem parte representa um verdadeiro desafio para esse profissional. Ele é submetido, em seu dia-a-dia, a uma gama tão grande de informações dos diferentes campos do saber, que acaba por se tornar “versado” em várias esferas do conhecimento humano.

2.3 O trabalho do taquígrafo parlamentar

O taquígrafo parlamentar tem seu campo de ação nas diversas casas de leis. No Brasil, contamos com esses profissionais no Senado, na Câmara dos Deputados, em Assembléias Legislativas e em Câmaras Municipais.

Com a finalidade de ilustrar a atividade do taquígrafo parlamentar, transcrevemos o seguinte trecho relativo ao trabalho do taquígrafo da Câmara dos Deputados, extraído do tópico “As responsabilidades, tarefas e objetivos do cargo” disponível em http://www.taquibras.com.br/taqui_cd_funcao.htm.

Certamente há alguns problemas de adaptação. O principal deles é a natureza dinâmica dos serviços do Departamento. Não há, por exemplo, horários rígidos – sessões são prorrogadas, sessões são convocadas, sessões são encerradas antes do prazo regimental, sessões são marcadas e, às vezes, até nem se realizam; exige-se sempre rapidez, com qualidade, na execução do serviço; há grande diversidade na linguagem, no grau de cultura dos oradores e na gama de assuntos tratados, num verdadeiro calidoscópio extremamente instigante para espíritos curiosos. O funcionário terá necessária e rapidamente de adaptar-se a esse contexto, mantendo-se quase sempre disponível e ampliando o espectro dos assuntos de seu interesse cultural.

O texto acima demonstra perfeitamente a rotina – se é que se pode chamar de rotina – do taquígrafo parlamentar. Sua forma de atuação pode variar de instituição para instituição e depende do número de profissionais envolvidos no serviço de taquigrafia, da quantidade de eventos a serem cobertos, da qualidade dos equipamentos disponíveis e das atribuições inerentes ao cargo, mas essa variação não significa diferença significativa no funcionamento das casas legislativas nem nas tarefas do taquígrafo.

O trabalho desse profissional não consiste apenas em traçar, velozmente, sinais que só ele entende. Seu trabalho, além do registro dos discursos proferidos e da tradução desses registros para a forma escrita corrente, inclui, por exemplo, a perfeita identificação dos oradores, o relato de fatos ocorridos durante seu apanhamento taquigráfico e a pesquisa para esclarecimentos de dúvidas e correção de seus trechos. Além disso, o taquígrafo deve estar atento a aspectos formais complementares, como se pode depreender do trecho abaixo, extraído do *Manual de procedimentos do DETAQ*:

Para padronizar a grafia dos Blocos Parlamentares nas notas taquigráficas de plenário, usando-se as devidas macros, adotar o seguinte procedimento:

No texto, a expressão “Bloco Parlamentar” é seguida de todas as siglas partidárias que compõem o Bloco (na seqüência indicada pela Secretaria-Geral da Mesa) separadas por / (barra).

Exemplos:

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) - Como vota o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB?

Entre parênteses, a palavra “Bloco” é seguida do partido e do Estado a que pertence o orador e separada por /(barra).

Exemplos:

O SR. ALDO REBELO (Bloco/PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB vota “não”.

Outros exemplos:

Os detalhes apresentados no trecho acima, à primeira vista, podem parecer supérfluos ou até mesmo poder-se-ia imaginar que essa padronização não faz parte das atribuições do taquígrafo. Entretanto ele participa do

processo de uma linha de montagem e, dessa forma, a cota que lhe cabe na “engrenagem” tem de seguir padrões previamente especificados.

Os manuais são instrumentos essenciais para a padronização dos serviços de taquigrafia e para o bom desempenho dos profissionais envolvidos nas diversas etapas de elaboração dos textos oriundos do plenário. Para melhor informação de como funciona a “linha de montagem” da qual faz parte o taquígrafo, descrevemos as etapas básicas que envolvem a elaboração dos textos produzidos pelos oradores na Câmara de Guarulhos, a começar pelo taquígrafo:

1. Há uma escala previamente determinada com o nome dos taquígrafos que cobrirão o evento;
2. Um taquígrafo entra no plenário e taquigrafa durante um tempo preestabelecido, normalmente cinco minutos;
3. Próximo ao término de seu tempo de apanhamento taquigráfico, outro taquígrafo entra para substituí-lo;
4. No momento devido, o taquígrafo substituto passa a “deixa”⁵ para o taquígrafo a ser substituído e inicia seu ciclo de apanhamento;
5. Substituído no apanhamento, o taquígrafo volta ao setor e inicia a transcrição de seu “rodízio”.⁶
6. Os taquígrafos vão se substituindo durante o desenrolar do evento e podem voltar ao plenário para outros ciclos de registros.

Como se observa nas seis etapas acima, cada taquígrafo contribui com pequenos trechos para a montagem dos textos produzidos pelos oradores. Esses pequenos trechos são encaixados seqüencialmente e as deixas são “casadas”, a fim de dar unidade ao texto. Se a contribuição de cada taquígrafo

⁵“Deixa” é uma seqüência de palavras do orador que são passadas pelo taquígrafo substituto ao substituído, com a finalidade de facilitar a montagem do texto final e não permitir “pulos” ou “repetições” de trechos. Essa seqüência de palavras tem de constar do final do texto do taquígrafo substituído e do início do texto do taquígrafo substituto. Na Câmara Municipal de Guarulhos, recomenda-se que a deixa contenha no mínimo três e no máximo cinco palavras.

⁶“Rodízio”, expressão largamente utilizada em São Paulo, é o trecho registrado pelo taquígrafo e significa, também, o revezamento da entrada no plenário. Em outros estados e em Brasília, a palavra “quarto” é usada na mesma acepção.

não tiver um mínimo de homogeneidade, o trabalho final ficará seriamente comprometido.

A padronização no serviço de taquigrafia não se restringe à forma; ela vai muito além. Vamos imaginar que cada taquígrafo possa fazer seu trecho da maneira que bem entender. Como sairá o texto final depois de montado? Quem nos responde é uma das entrevistadas de Kose:

(...) você percebe, quando lê o Diário Oficial, a gente percebe como muda o taquígrafo. Dá pra perceber, o pessoal é diferente (risos) você percebe que mudou, mudou o estilo, uns corrigem, outros redigem trechos longos, pegam a idéia e redigem novamente, outros deixam ao pé da letra, a chefe tira uns trechinhos lá, mas você percebe que ficou o mesmo, o mesmo quase ao pé da letra, você percebe que é um estilo.

Com a finalidade de evitar a “diversidade estilística” relatada acima, algumas casas legislativas editam manuais que incluem regras para o trabalho dos taquígrafos, como podemos observamos no *Manual de procedimentos do DETAQ*.

O trabalho do taquígrafo depende da sonorização do ambiente onde é proferido o discurso, da voz e da dicção do orador, do silêncio do local onde é feita a transcrição, da formação cultural do próprio taquígrafo e da conscientização de que deve reouvir, reler e analisar suas transcrições.

A revisão dos trechos, principalmente no que tange à reaudição, é rejeitada por alguns taquígrafos, mas ela é de primordial importância quando se pretende respeitar o primeiro requisito para uma boa transcrição: a fidelidade ao dito pelo orador. O ouvido engana muitas vezes. É longa a lista de “pérolas” causadas por falhas na audição, complementadas pela falta de releitura e de análise do material transcrito. Vejamos algumas “preciosidades” compiladas por Cury, disponíveis em www.taquigrafia.emfoco.nom.br/artigos/preciosidades_02.pdf:

O DEPUTADO – A Humanidade atravessa, no momento, uma dificuldade moral e ética, porque se afastou do Ser Supremo.

A TAQUÍGRAFA – A Humanidade atravessa, no momento, uma dificuldade moral e ética, porque se afastou do sexto prêmio.

O DEPUTADO – Só voltarei à tribuna com a Casa cheia.

A TAQUÍGRAFA – Só voltarei à tribuna com a cara cheia.

O DEPUTADO – ...entrego nas suas mãos o fluxograma.

A TAQUÍGRAFA – ...entrego nas suas mãos e fico sem grana.

DEPUTADO – Trata-se de uma co-gestão da coisa pública.

A TAQUÍGRAFA – Trata-se da uma congestão da coisa pública.

O DEPUTADO –...pois a nossa Bancada tem espírito de corpo...

A TAQUÍGRAFA –...pois a nossa Bancada tem espírito de porco...

As cinco “pérolas” acima fazem parte de uma imensa coletânea de “preciosidades” apresentadas pelo pesquisador e, certamente, outras tantas não chegaram às suas mãos. Também é certo que os taquígrafos brasileiros não são os únicos “colaboradores” do anedotário taquigráfico, como Cury demonstra na mesma página da internet.

A rapidez requerida pelo trabalho, a necessidade de não errar, a incerteza do horário que deverá estar disponível para o serviço, o ruído no ambiente de trabalho e o uso dos fones de ouvido tornam estressante a profissão de taquígrafo parlamentar, mas, apesar do estresse, poucos abandonam a carreira.

2.4 O orador parlamentar e seu discurso

Antes de caracterizarmos o orador parlamentar e seu discurso, é necessário lembrar que o local determina o comportamento do orador e o tipo de discurso por ele proferido. Dessa forma, orador parlamentar e discurso parlamentar estão intimamente ligados ao parlamento. Buscamos reforço para essa nossa afirmativa no glossário da Câmara dos Deputados, que define: “Discurso parlamentar – Pronunciamento público de parlamentar na tribuna da Casa legislativa sobre assunto determinado”.

Com a finalidade de identificar o orador parlamentar, utilizamos trechos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, do *Manual de Procedimentos* da Câmara Municipal de São Paulo, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarulhos.

A Constituição Federal estabelece, nos §§ 3º e 4º do artigo 14:

- § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:
- I – a nacionalidade brasileira;
 - II – o pleno exercício dos direitos políticos;
 - III – o alistamento eleitoral;
 - IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
 - V – a filiação partidária;
 - VI – a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

- c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.
- § 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Como percebemos, para ser elegível, em termos de escolaridade, basta que o candidato não seja analfabeto. A falta de exigência de escolaridade contribui para que o universo de oradores parlamentares – que já é um mosaico de culturas e de conhecimentos devido à procedência regional e ao domínio discursivo de cada um – se constitua também de uma gama de oradores com nível escolar diversificado.

Os oradores parlamentares têm estilos diferenciados e esses estilos devem ser respeitados pelo taquígrafo, como recomenda o *Manual de procedimentos* da Câmara Municipal de São Paulo:

Cada orador tem estilo próprio, estilo esse que deve ser preservado sempre. Não se deve colocar expressões de português castiço no discurso de um orador que advém de movimentos populares e tem, portanto, um estilo mais informal; e o inverso é verdadeiro.

Devemos conservar as expressões características do orador (ao longo do tempo, cada taquígrafo irá percebê-las).

Pelo exposto acima, pode parecer que o orador parlamentar tem total liberdade em seus discursos. Isso não é verdade. Ele está preso a regras que determinam quando e como falar. Com a finalidade de demonstrar as regras a que o orador parlamentar está submetido, tomamos como exemplo os artigos 73 e 74 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; 110 e 111 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; e 16 do Regimento Interno Câmara Municipal de Guarulhos.

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados assim determina:

Art. 73. Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – só Deputados e Senadores podem ter assento no Plenário, ressalvado o disposto no art.77, §§ 2º e 3º;

II – não será permitida conversação que perturbe a leitura de documento, chamada para votação, comunicações da Mesa, discursos e debates;

III – o Presidente falará sentado, e os demais Deputados, de pé, a não ser que fisicamente impossibilitados;

IV – o orador usará da tribuna à hora do Grande Expediente, nas Comunicações de Lideranças e nas Comunicações Parlamentares, ou durante as discussões, podendo, porém, falar dos microfones de apartes sempre que, no interesse da ordem, o Presidente a isto não se opuser;

V – ao falar da bancada, o orador em nenhuma hipótese poderá fazê-lo de costas para a Mesa;

VI – a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda, e somente após essa concessão a taquigrafia iniciará o apanhamento do discurso;

VII – se o Deputado pretender falar ou permanecer na tribuna anti-regimentalmente, o Presidente adverti-lo-á; se, apesar dessa advertência, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;

VIII – sempre que o Presidente der por findo o discurso, os taquígrafos deixarão de registrá-lo;

IX – se o Deputado perturbar a ordem ou o andamento regimental da sessão, o Presidente poderá censurá-lo oralmente ou, conforme a gravidade, promover a aplicação das sanções previstas neste regimento;

X – o Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente, ou aos Deputados de modo geral;

XI – referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado; quando a ele se dirigir, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência;

XII – nenhum Deputado poderá referir-se de forma descortês ou injuriosa a membros do Poder Legislativo ou às autoridades constituídas deste e dos demais Poderes da República, às instituições nacionais, ou a Chefe de Estado estrangeiro com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas;

XIII – não se poderá interromper o orador, salvo concessão especial deste para levantar questão de ordem ou para apartear-lo, e no caso de comunicação relevante que o Presidente tiver de fazer;

XIV – a qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do Plenário.

Art. 74. O Deputado só poderá falar, nos expressos termos deste regimento:

I – para apresentar proposição;

II – para fazer comunicação ou versar assuntos diversos, à hora do Expediente ou das Comunicações Parlamentares;

III – sobre proposição em discussão;

IV – para questão de ordem;

V – para reclamação;

VI – para encaminhar a votação;

VII – a juízo do Presidente, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer o que lhe for indevidamente atribuído como opinião pessoal.

Alguns incisos do artigo 73 são dignos de comentários. Nos incisos III e V, observamos que a posição para falar, dos Deputados e do Presidente da sessão, é predeterminada; o inciso IV estabelece quando o Deputado pode usar a palavra. Constatamos, pelos incisos VI, VII e VIII que, para falar, o Deputado deverá ter permissão do Presidente, caso contrário, seu discurso não será registrado pelo taquígrafo.

O inciso X refere-se a quem o Deputado deve se dirigir em sua fala e o inciso XI cuida da forma de tratamento que deve ser usada, no plenário, entre colegas deputados. O inciso XII, por sua vez, adverte quanto à utilização de formas descorteses ou injuriosas. É interessante notar que, nesse inciso, o Regimento lista as autoridades às quais o Deputado não pode se referir de forma descortês ou injuriosa, mas não há recomendação alguma quanto à forma como deve ser tratado o cidadão dito comum.

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo estabelece:

Artigo 110 - Para a manutenção da ordem, observar-se-ão as seguintes regras:

- I – durante a sessão, só os Deputados podem permanecer no Plenário;
- II – não será permitida conversação que perturbe os trabalhos;
- III – qualquer Deputado, com exceção do Presidente, falará de pé e só por enfermo poderá obter permissão para falar sentado;
- IV – o orador deverá falar da tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário;
- V – ao falar da Bancada, o orador em nenhum caso poderá fazê-lo de costas para a Mesa;
- VI – a nenhum Deputado será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente lhe conceda; somente após a concessão a taquigrafia iniciará o apanhamento;
- VII – se o Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou permanecer na tribuna anti-regimentalmente, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o para sentar-se;
- VIII – se apesar dessa advertência e desse convite o Deputado insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado;
- IX – sempre que o Presidente der por terminado um discurso, a taquigrafia deixará de apanhá-lo;
- X – se o Deputado insistir em perturbar a ordem ou o andamento regimental de qualquer proposição, o Presidente convidá-lo-á para retirar-se do recinto;
- XI – qualquer Deputado, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou à Assembléia de modo geral;
- XII – referindo-se, em discurso, a colega, o Deputado deverá preceder o seu nome do tratamento de Senhor ou de Deputado;
- XIII – dirigindo-se a qualquer colega, o Deputado dar-lhe-á o tratamento de Excelência;
- XIV – nenhum Deputado poderá referir-se à Assembléia ou a qualquer de seus membros e, de modo geral, a qualquer representante do poder público, em forma descortês ou injuriosa;
- XV – no início de cada votação, o Deputado deve permanecer na sua cadeira.

Artigo 111 – O Deputado só poderá falar nos expressos termos deste Regimento:

- I – para apresentar proposição ou fazer comunicação;
- II – para versar assunto de livre escolha, no Pequeno Expediente, Grande Expediente e Explicação Pessoal;
- III – sobre proposição em discussão;
- IV – para questões de ordem;
- V – para reclamações;
- VI – para encaminhar a votação.

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no que se refere à “manutenção da ordem”, prescreve basicamente o mesmo comportamento prescrito para os Deputados Federais. O inciso XIV, porém, difere um pouco do seu correspondente no Regimento da Câmara dos Deputados, pois enquanto o primeiro lista as autoridades às quais o Deputado não pode se referir de forma descortês ou injuriosa, o segundo o faz de forma mais genérica. O cidadão comum continua excluído.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarulhos não foge aos padrões apresentados nos dois Regimentos anteriores e estabelece, no artigo 16:

Artigo 16 – São deveres e obrigações dos vereadores:

- I. Residir e ser domiciliado comprovadamente em Guarulhos;
- II. Comparecer à Câmara em traje social na hora determinada para o início das sessões, comunicando ao Presidente, sempre que tenha motivo justo para deixar de comparecer.
- III. Permanecer na Câmara até o término da sessão;
- IV. Desempenhar-se dos encargos para que forem designados, dando, no tempo que fixar a Câmara, as informações e pareceres de que forem incumbidos, salvo motivo justo, sujeito à consideração do plenário;
- V. Propor à Câmara todas as medidas que julgarem convenientes ao Município e bem-estar de seus habitantes, bem como impugnar as que lhes parecerem prejudiciais ou contrárias ao interesse público;
- VI. Votar as propostas submetidas à deliberação da Câmara, salvo se lê próprio ou parente afim ou consanguíneo ou até 3º grau, inclusive, tiver manifesto interesse na deliberação, sob pena de nulidade da votação, quando seu voto for decisivo (art. 19, § 5º - LOM);
- VII. Ser polido e cortês com os seus pares, funcionários e público;
- VIII. Não conversar no recinto do plenário em tom que perturbe o andamento dos trabalhos;
- IX. Não apartear o Presidente enquanto este estiver no exercício de suas funções;
- X. Ser responsável pela segurança interna da Câmara;
- XI. Usar linguagem educada e respeitosa em suas falas e discursos;
- XII. Falar de pé, salvo quando, por estar enfermo, obtiver autorização para fazê-lo sentado;
- XIII. dirigir-se ao Presidente ou à Câmara em geral, sempre voltado para a Mesa;
- XIV. Não usar da palavra sem que lhe seja concedida;
- XV. Referir-se ou dirigir-se a um colega pelo tratamento de “Senhor” ou “Excelência”;
- XVI. Não se desviar da questão em debate;
- XVII. Não exceder o prazo que lhe compete nas discussões;
- XVIII. Atender as advertências do Presidente;
- XIX. Utilizar-se dos bens e serviços da Câmara para fins relacionados com o exercício de seu cargo, sendo vedada a sua utilização para fins particulares.

Dois incisos do Regimento da Câmara Municipal de Guarulhos merecem destaque. O inciso VII determina que o Vereador deve ser polido e cortês com seus pares, funcionários e público. Percebemos nesse inciso que a exigência de polidez e cortesia destinada aos vereadores estende-se aos funcionários e ao público, mas não há menção às outras autoridades, como se verifica nos Regimento da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa. Constatamos ainda que a linguagem usada deve ser educada e respeitosa, como explícito no inciso XI, orientação essa não detectada nos outros dois Regimentos.

Cumpramos ainda salientar que os dois primeiros Regimentos mencionam o não-registro taquigráfico de falas não permitidas pela presidência da sessão, fato não previsto no Regimento da Câmara Municipal de Guarulhos.

Os trechos aqui transcritos dos três Regimentos exemplificam os moldes nos quais o orador parlamentar deve se enquadrar, seja na Câmara dos Deputados, seja nas assembleias legislativas ou nas câmaras municipais, pois as diferenças relativas às regras de comportamento dos parlamentares – quando existem – são mínimas.

Caracterizado o orador parlamentar, passemos agora ao discurso parlamentar, que é atrelado ao seu produtor, ou seja, ao orador parlamentar. Esse tipo de discurso varia de acordo com o evento em que é proferido e é submetido a regras implícitas ou explícitas que determinam como, quando e porque é proferido. Dessa forma, são observados os itens propostos por Ventola (1979), *apud* Fávero et al (2003:17), que são: tópico ou assunto, situação, papéis dos participantes, modo do discurso e meio do discurso.

Os cinco itens acima são relevantes no discurso parlamentar, porém o item tópico ou assunto merece destaque, pois, nas sessões ordinárias e extraordinárias, o orador é incitado a não se desviar da matéria em discussão, como demonstra o trecho abaixo transcrito:

ORADOR (Pela ordem) – Sr. Presidente, em que parte da sessão estamos?

O SR. PRESIDENTE – Estamos encaminhando a votação do item 1º. A dúvida procede, porque os vereadores que se utilizaram da tribuna não se ativeram ao assunto.

ORADOR (Pela ordem) – Sr. Presidente, não posso culpar os colegas vereadores. Acho que a Mesa deve ter cautela de fazer essa observação aos Srs. Vereadores de que estamos discutindo o item 1º, veto a projeto do Vereador [x]. Ouvi, por diversas vezes, a palavra ser utilizada para assuntos que nada têm a ver com o veto ao projeto.

Encontramos nesses discursos um vocabulário variado e estilos diversos, devido às várias procedências dos oradores e ao domínio discursivo diversificado. Hesitações, digressões, repetições e correções são comuns nos discursos parlamentares, o que pode ser explicado pelo improvisado da maioria desses discursos.

Vimos que o orador parlamentar é “policidado” em suas falas. O discurso parlamentar é submetido a regras que merecem cuidados tanto por parte dos oradores quanto dos transcritores, como demonstram as recomendações do *Manual* do DETAQ relativas a expressões anti-regimentais.

Ainda com relação ao “policciamento” dos discursos parlamentares, há situações inusitadas quando um orador pronuncia uma determinada palavra

ou expressão e há solicitação – sua ou de algum colega – para que a palavra ou expressão não conste da ata. A correção só pode ser realizada com autorização do Presidente da sessão e às vezes gera dificuldades na seqüenciação do texto.

3. ANÁLISE DE TRECHOS DE TRANSCRIÇÕES TAQUIGRÁFICAS

A seguir, apresentamos a análise de trechos de transcrições taquigráficas realizadas para a elaboração de uma ata da Câmara Municipal de Guarulhos.

3.1 Composição do *corpus*

O *corpus* deste trabalho constitui-se de trechos aleatoriamente selecionados da ata da 23ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Guarulhos, realizada em 7 de maio de 2001, que transcrevemos com base nas normas apresentadas por Fávero et al (2003:118-19) e cotejamos com os textos finais apresentados pelas taquígrafas.

Fazem parte de nossa análise as ocorrências de acréscimo, de substituição e de eliminação, estratégias citadas por Marcuschi (2003a), verificadas nos trechos selecionados.

Antes de procedermos à análise dos trechos, destacamos as seguintes variáveis intervenientes citadas por Marcuschi (2003: 53), que podem ter interferido no trabalho das taquígrafas:

Propósito: elaboração de atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Guarulhos, as quais compõem os *Anais* da Câmara.

Relação entre o produtor do texto original e o transformador: os produtores dos textos originais são vereadores da Câmara Municipal de Guarulhos e têm formação de nível superior, boa dicção e excelente fluência verbal. As transformadoras são taquígrafas terceirizadas, não residentes na Cidade de Guarulhos e têm pouco contato com os vereadores.

Relação tipológica: o gênero do texto transformado é o mesmo do texto fonte.

Processos de formulação: o texto fonte é formulado de improviso, mas é submetido a critérios pré-estabelecidos pelo Regimento Interno da Casa; o texto final deve ser a transcrição fiel do texto fonte, mas pode sofrer pequenas alterações para adequação a padrões lingüísticos e regimentais.

Além das variáveis destacadas acima, há outras três que merecem destaque: o local onde se realiza o evento, a qualidade do som e os ruídos externos. Com relação a essas variáveis podemos esclarecer o seguinte:

Local: todas as sessões ordinárias da Câmara são realizadas no plenário da Edilidade.

Qualidade do som: observa-se, pelo áudio, que o som permitiu a perfeita audição dos discursos proferidos.

Ruídos externos: percebem-se, pelo áudio, ruídos provenientes de falas paralelas que não chegam a interferir nas falas principais.

Com a finalidade de identificar o tipo de ocorrência nos textos, foram utilizadas as seguintes indicações: () falas regimentais, acréscimos, [] substituições e { } eliminações.

3.2 Análise do corpus

Trecho 1:

	TEXTO FONTE	TEXTO FINAL
1	Senhor Presidente... [senhores]	Sr. Presidente, nobres Vereadores, a
2	Vereadores... a palavra:: do [] Vereador	palavra do nobre Vereador [x] me
3	[x] me sensibilizou bastante [e] {eu}	sensibilizou bastante porque acho que
4	acho que [ele] realmente falou a	S.Exa. realmente falou a verdade. Eu,
5	verdade... {porque} eu como médico e	como médico e ex-Secretário de Saúde
6	ex-Secretário de Saúde do Município	do Município, passei por esses
7	{de Guarulhos...} PAssei por esses	problemas e tive essas dificuldades.
8	problemas... [] Tlve essas dificuldades...	Infelizmente, na rede pública municipal
9	{porque} infelizmente... na rede pública	temos uma boa quantidade de pessoas
10	municipal {ou em qualquer outra rede	desqualificadas ocupando postos
11	pública... nós} temos uma BOA [porção]	importantes, inclusive médicos. É a
12	de pessoas desqualificadas ocupando	minha classe, mas muitos têm
13	postos importantes... inclusive	verdadeiros reizinhos na barriga,
14	médicos... {inclusive médicos... que	maltratam os pacientes, olham por cima
15	realmente é uma classe que} é a minha	da cabeça dos pacientes e não fazem
16	classe... mas {que infelizmente} muitos	um diagnóstico completo da doença.
17	deles têm verdadeiros reizinhos na	
18	barriga... maltratam {SIM} os	
19	pacientes... olham por cima {do/do} da	
20	cabeça dos pacientes... {não	
21	perGUNtam...} [] não FAzem [uma	
22	anamnese completa] da doença {e	
23	realmente isso deixa muito a desejar e é	
24	uma realidade...}	

No exemplo acima, observamos um texto satisfatório sob o ponto de vista gramatical, mas pela ótica dos procedimentos de retextualização esperados pelos estudiosos do assunto e pelos usuários de tais serviços, ele não atende às expectativas, pois há mudanças que alteram o valor-verdade do dito e desrespeitam o estilo do orador. Essas alterações – “acréscimos”, “eliminações” e “substituições” – são destacadas e comentadas a seguir.

Acréscimos: três ocorrências.

LINHAS	ITENS ACRESCIDOS	COMENTÁRIOS	
2	nobre	<p><i>“Senhor Presidente, senhores Vereadores, a palavra do Vereador”</i></p>	<p><i>“Sr. Presidente, nobres Vereadores, a palavra do nobre Vereador”</i></p>
		<p>Apesar de comum esse tratamento no discurso parlamentar, a palavra “nobre” não faz parte da fala do orador nem faz parte de seu estilo.</p>	
8	e	<p><i>“eu, como médico e ex-Secretário de Saúde do Município de Guarulhos, passei por esses problemas. Tive essas dificuldades”</i></p>	<p><i>“Eu, como médico e ex-Secretário de Saúde do Município, passei por esses problemas e tive essas dificuldades”</i></p>
		<p>Nesse exemplo, houve o acréscimo de uma conjunção coordenativa aditiva à fala do orador. Aqui cabe lembrar o ensinamento de Bechara (2002: 320): <i>“As conjunções coordenativas reúnem orações que pertencem ao mesmo nível sintático: dizem-se independentes umas das outras e, por isso mesmo, podem aparecer em enunciados independentes:</i> <i>Pedro fez concurso para medicina e Maria se prepara para a mesma profissão.</i> Poderíamos dizer desta maneira, em dois enunciados independentes: <i>Pedro fez concurso para medicina.</i> <i>Maria se prepara para a mesma profissão.”</i> Apesar de a mudança estar gramaticalmente correta, não podemos desprezar a força ilocutória que o ponto final impõe à oração.</p>	
21	e	<p><i>“olham por cima da cabeça dos pacientes, não perguntam, não fazem uma anamnese completa da doença.”</i></p>	<p><i>“olham por cima da cabeça dos pacientes e não fazem um diagnóstico completo da doença”</i></p>
		<p>O acréscimo deste “e” deve-se ao fim da enumeração das ações que se espera dos médicos. Percebe-se a ausência da conjunção no texto fonte somente após a audição do texto e a constatação de que falta o resto do enunciado.</p>	

Eliminações: onze ocorrências.

LINHAS	ITENS ELIMINADOS	COMENTÁRIOS	
3	eu	<p>“eu acho que ele realmente falou a verdade”</p>	<p>“acho que S.Exa. realmente falou a verdade”</p>
		<p>A omissão do pronome sujeito é gramaticalmente correta, como ensinam Cunha & Cintra (2001: 282): “Os pronomes sujeitos <i>eu, tu, ele (ela), nós, vós, eles (elas)</i> são normalmente omitidos em português, porque as desinências verbais bastam, de regra, para indicar a pessoa a que se refere o predicado, bem como o número gramatical (singular ou plural) dessa pessoa.” O <i>Manual de procedimentos do DETAQ</i> recomenda, porém, com relação à transcrição de CPIs, que os pronomes pessoais “eu” e “nós” não sejam omitidos. Como não se trata de CPI, não se condena o corte efetuado.</p>	
5	porque	<p>“acho que ele realmente falou a verdade porque eu, como médico e ex-Secretário de Saúde do Município, passei por esses problemas”</p>	<p>“acho que S.Exa. realmente falou a verdade. Eu, como médico e ex-Secretário de Saúde, passei por esses problemas”</p>
		<p>Na oração introduzida pela conjunção “porque”, apresentada no texto fonte, o orador informa o motivo pelo qual acredita que o colega falou a verdade: ele também passou pelos problemas relatados. O corte da conjunção no texto final eliminou a relação de subordinação da oração expressa no texto fonte.</p>	
7	de Guarulhos	<p>“eu, como médico e ex-Secretário de Saúde do Município de Guarulhos”</p>	<p>“Eu, como médico e ex-Secretário de Saúde do Município”</p>
		<p>O orador determinou de qual Município ele foi Secretário de Saúde. Apesar de estar implícito que o orador pertenceu ao governo de Guarulhos, o corte da locução adjetiva reduz a informação contida na fala do orador.</p>	

9	porque	<p><i>“passei por esses problemas. Tive essas dificuldades porque infelizmente, na rede pública municipal ou em qualquer outra rede pública, temos uma boa quantidade de pessoas desqualificadas”</i></p>	<p><i>“passei por esses problemas e tive essas dificuldades. Infelizmente, na rede pública municipal temos uma boa quantidade de pessoas desqualificadas”</i></p>
		<p>Nessa ocorrência temos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) No texto fonte, o orador apresenta o motivo de suas dificuldades com o apoio da conjunção subordinativa adverbial causal “porque”; 2) no texto final, em decorrência do corte da conjunção, o orador lamenta pelo fato de se ter pessoas desqualificadas na rede pública municipal. <p>Pelo que se depreende do exposto, as duas versões não se equivalem; portanto a mensagem transmitida pelo orador não é a mesma apresentada pela taquígrafa.</p>	
10-11	ou em qualquer outra rede pública... nós	<p><i>“na rede pública municipal ou em qualquer outra rede pública, nós temos...”</i></p>	<p><i>“na rede pública municipal temos...”</i></p>
		<p>A omissão da seqüência “ou em qualquer outra rede pública” altera a verdade do dito, pois o orador estendeu sua crítica a qualquer rede pública de saúde. Com o corte, a crítica ficou limitada ao Município de Guarulhos.</p> <p>Quanto ao corte do pronome sujeito “nós”, o procedimento é aceitável, como se constata pelo comentário referente à linha 3.</p>	
14-15	inclusive médicos... que realmente é uma classe que	<p><i>“...temos uma boa porção de pessoas desqualificadas ocupando postos importantes, inclusive médicos – inclusive médicos – que realmente é uma classe que”</i></p>	<p><i>“...temos uma boa quantidade de pessoas desqualificadas ocupando postos importantes, inclusive médicos.”</i></p>
		<p>A repetição da seqüência “inclusive médicos” enfatiza a participação dos médicos no grupo de pessoas desqualificadas. O segmento “que realmente é uma classe que” intensifica, por meio do advérbio de afirmação “realmente”, a certeza que o orador tem do mau comportamento dos médicos da rede pública de saúde. O corte desses segmentos reduz a força ilocutória do discurso do orador.</p>	

16	que infelizmente	<i>“é a minha classe, mas que infelizmente muitos deles têm verdadeiros rezeiros na barriga”</i>	<i>“É a minha classe, mas muitos têm verdadeiros rezeiros na barriga”</i>
		O corte do advérbio “infelizmente” omite a avaliação do orador a respeito do comportamento dos médicos da rede pública de saúde.	
18	sim	<i>“maltratam sim os pacientes, olham por cima da cabeça dos pacientes”</i>	<i>“maltratam os pacientes, olham por cima da cabeça dos pacientes”</i>
		Esse “sim” enfatiza a certeza do orador de que os médicos da rede pública maltratam os pacientes. Com o corte desse advérbio, a intenção do orador, cuja ênfase já seria amenizada na passagem da modalidade oral para a modalidade escrita, ficou prejudicada.	
19	do/do	<i>“olham por cima do... do... da cabeça dos pacientes”</i>	<i>“olham por cima da cabeça dos pacientes”</i>
		Eliminação correta, uma vez que se presta a solucionar o problema de hesitação apresentado pelo orador.	
20-21	não perguntam	<i>“olham por cima da cabeça dos pacientes, não perguntam, não fazem uma anamnese completa da doença”</i>	<i>“olham por cima da cabeça dos pacientes e não fazem um diagnóstico completo da doença”</i>
		Perguntas fazem parte dos procedimentos utilizados na anamnese. O corte da seqüência “não perguntam” prejudica o texto do orador, pois exclui uma das etapas citadas por ele para se fazer uma anamnese completa da doença.	
22-24	e realmente isso deixa muito a desejar e é uma realidade...	<i>“não fazem uma anamnese completa da doença e realmente isso deixa muito a desejar e é uma realidade”.</i>	<i>“não fazem um diagnóstico completo da doença”.</i>
		É importante que se observe o seguinte: 1) A seqüência “isso deixa muito a desejar” demonstra a desaprovação do orador ao mau funcionamento do serviço de saúde; 2) O orador utilizou o advérbio “realmente” na primeira oração e o substantivo “realidade” na segunda, o que confere ao fecho de seu discurso uma conotação de absoluta certeza dos fatos. A omissão do trecho suaviza o juízo de valor apresentado pelo orador e lhe conferiu uma posição quase neutra diante dos fatos relatados.	

Substituições: cinco ocorrências.

LINHAS	ITENS SUBSTITUÍDOS	COMENTÁRIOS			
1	[senhores] por [nobres]	<p>Vejam as definições do dicionário <i>Aurélio</i> para as duas palavras, relativas ao sentido apresentado no texto:</p> <table border="0" data-bbox="735 465 1385 618"> <tr> <td data-bbox="735 465 1054 618">Senhor – “<i>Tratamento cerimonioso ou respeitoso dispensado aos homens</i>”</td> <td data-bbox="1054 465 1385 618">Nobre – “<i>Muito conhecido; notável, ilustre, célebre: o nobre deputado; Tem razão o nobre colega</i>”</td> </tr> </table> <p>Constata-se pelas definições obtidas no dicionário que as duas palavras não são sinônimas, portanto a troca de uma pela outra altera o dito pelo orador.</p>		Senhor – “ <i>Tratamento cerimonioso ou respeitoso dispensado aos homens</i> ”	Nobre – “ <i>Muito conhecido; notável, ilustre, célebre: o nobre deputado; Tem razão o nobre colega</i> ”
Senhor – “ <i>Tratamento cerimonioso ou respeitoso dispensado aos homens</i> ”	Nobre – “ <i>Muito conhecido; notável, ilustre, célebre: o nobre deputado; Tem razão o nobre colega</i> ”				
3	[e] por [porque]	<table border="0" data-bbox="735 741 1385 896"> <tr> <td data-bbox="735 741 1054 896">“<i>A palavra do Vereador [x] me sensibilizou bastante e eu acho que ele realmente falou a verdade</i>”</td> <td data-bbox="1054 741 1385 896">“<i>A palavra do Vereador [x] me sensibilizou bastante porque acho que ele realmente falou a verdade</i>”</td> </tr> </table> <p>A conjunção “e” apresentada no texto fonte introduz uma oração coordenada aditiva, enquanto a conjunção “porque” do texto final introduz uma oração subordinada adverbial causal. No primeiro período o orador fala de sua sensibilização pelo discurso do colega e demonstra sua crença na veracidade dos fatos apresentados; no segundo, ele fala de sua sensibilização pelo discurso do colega e informa a causa dessa sensibilização.</p> <p>Como se pode ver, o texto fonte e o texto final não são equivalentes, o que contraria as recomendações de fidelidade ao dito pelo orador.</p>		“ <i>A palavra do Vereador [x] me sensibilizou bastante e eu acho que ele realmente falou a verdade</i> ”	“ <i>A palavra do Vereador [x] me sensibilizou bastante porque acho que ele realmente falou a verdade</i> ”
“ <i>A palavra do Vereador [x] me sensibilizou bastante e eu acho que ele realmente falou a verdade</i> ”	“ <i>A palavra do Vereador [x] me sensibilizou bastante porque acho que ele realmente falou a verdade</i> ”				
4	[ele] por [S.Exa.]	<table border="0" data-bbox="735 1294 1385 1391"> <tr> <td data-bbox="735 1294 1054 1391">“<i>Acho que ele realmente falou a verdade</i>”</td> <td data-bbox="1054 1294 1385 1391">“<i>Acho que S.Exa. realmente falou a verdade</i>”</td> </tr> </table> <p>O pronome pessoal do caso reto “ele” presente no texto fonte desempenha o mesmo papel que o pronome pessoal de tratamento “S.Exa” no texto final. Ambos representam o sujeito da oração introduzida pela conjunção integrante “que”. Apesar de os pronomes serem equivalentes, a troca de um pelo outro acarreta prejuízo ao estilo do orador.</p>		“ <i>Acho que ele realmente falou a verdade</i> ”	“ <i>Acho que S.Exa. realmente falou a verdade</i> ”
“ <i>Acho que ele realmente falou a verdade</i> ”	“ <i>Acho que S.Exa. realmente falou a verdade</i> ”				

12	[porção] por [quantidade]	<p>“temos uma boa porção de pessoas desqualificadas”</p>	<p>“temos uma boa quantidade de pessoas desqualificadas”</p>
		<p>As duas palavras são dadas como sinônimas pelos dicionários, porém devemos estar atentos ao que ensina Bechara (1999: 404) sobre sinonímia:</p> <p>“Um exame detido nos mostrará que a identidade dos sinônimos é muito relativa; no uso (quer literário, quer popular), eles assumem sentidos “ocasionais” que no contexto um não pode ser empregado pelo outro sem que se quebre um pouco o matiz da expressão”.</p> <p>Koch (2002: 154), a respeito de seleção lexical, declara:</p> <p>“Em todo e qualquer discurso particular, só se pode falar, por exemplo, em sinonímia, levando-se em conta a situação de conjunto na qual o discurso está inserido e as convenções sociais que o regem. Assim sendo, a escolha de um determinado termo pode servir de índice de distinção, de familiaridade, de simplicidade, ou pode estar a serviço da argumentação, situando melhor o objeto do discurso dentro de determinada categoria, do que o faria o uso de um sinônimo”.</p> <p>Como podemos inferir pelas observações de Bechara e de Koch, a substituição de palavras pode acarretar prejuízo à mensagem.</p>	
22	[uma anamnese] por [um diagnóstico]	<p>“não fazem uma anamnese completa da doença”</p>	<p>“não fazem um diagnóstico completo da doença”</p>
		<p>Novamente o <i>Aurélio</i> vem em nosso auxílio:</p> <p><u>Anamnese</u> – “<i>Informação acerca do princípio e evolução duma doença até a primeira observação do médico</i>”</p> <p><u>Diagnóstico</u> – “<i>Conhecimento ou determinação duma doença pelo(s) sintoma(s), sinal ou sinais e/ou mediante exames diversos (radiológicos, laboratoriais, etc.)</i>”</p> <p>Chamamos a atenção para a necessidade da compreensão do texto pelo retextualizador, conforme recomenda Marcuschi (2003: 47):</p> <p>“Há nessas atividades de retextualização um aspecto geralmente ignorado e de uma importância imensa, pois para dizer de outro modo, em outra modalidade ou em outro gênero o que foi dito ou escrito por alguém, devo inevitavelmente compreender o que foi que esse alguém disse ou quis dizer”.</p> <p>O relatório do 34º Congresso Intersteno demonstra a mesma preocupação:</p> <p>“O que ele anota são <i>idéias</i> expressas por sons e palavras e o que dele se espera é a reprodução fiel dessas idéias. Tal objetivo o estenógrafo não alcançará plenamente a não ser que, ao longo do apanhamento, esteja em condições de compreender o sentido do que estenografa e, quando da tradução, fixe particularmente sua atenção no sentido. Isto lhe permitirá produzir cópia exata do que foi dito (ou ditado)”.</p> <p>No exemplo em tela, não seria necessário um profundo conhecimento de medicina por parte da taquígrafa, bastaria uma consulta ao dicionário.</p>	

Trecho 2:

	TEXTO FONTE	TEXTO FINAL
1	{ORADOR – pela ordem... senhor	ORADOR (Pela Ordem) – Senhor
2	presidente... pela ordem...	Presidente, o nobre Vereador [x], está
3	O SR. PRESIDENTE – questão de	encaminhando?
4	ordem... o vereador [x]}	O SR. PRESIDENTE – Está
5	ORADOR (Pela Ordem) – o nobre	encaminhando.
6	vereador [x] está encaminhando?	ORADOR – Senhor Presidente, pergunto
7	O SR. PRESIDENTE - está	a V. Exa., que horas deverá encerrar a
8	encaminhando {a votação}.	Ordem do Dia.?
9	ORADOR – [certo...] pergunto a v. exa...	O SR. PRESIDENTE – Às 22 horas e 9
10	{a} que horas deverá encerrar a ordem	minutos.
11	do dia[]?	ORADOR – Fico feliz, porque nós já
12	O SR. PRESIDENTE – às 22 horas e 9	quase deliberamos o primeiro item.
13	minutos.	
14	ORADOR – fico feliz... porque nós já	
15	QUAse deliberamos o primeiro item.	

Observamos, nesse exemplo, que o texto final apresentado não é “satisfatório” como o texto final relativo ao trecho 1, pois apresenta problemas que demonstram desconhecimento gramatical da taquígrafa ou falta de revisão do texto. Além disso, percebemos mudanças que alteram o valor-verdade do dito, desrespeitam o estilo do orador e comprometem o atendimento às normas regimentais. Destacamos os “acréscimos”, as “eliminações”, as “substituições” e um caso de “ironia”, não presente no texto anterior, e comentamos a seguir.

Acréscimos: duas ocorrências.

LINHAS	ITENS ACRESCIDOS	COMENTÁRIOS	
5	Senhor Presidente	“ORADOR (Pela ordem) – O nobre Vereador [x] está encaminhando?”	“ORADOR (Pela ordem) – Senhor Presidente , o nobre Vereador [x], está encaminhando?”
		Não encontramos justificativa gramatical nem regimental para a inclusão desse vocativo.	

11	“.”	“Pergunto a V.Exa.: A que horas deverá encerrar a Ordem do Dia?”	“pergunto a V.Exa., que horas deverá encerrar a Ordem do Dia?”
		A entonação do orador conduz levemente a uma oração interrogativa. A concorrência do ponto final e do ponto de interrogação provavelmente é resultado de falta de revisão do texto.	

Eliminações: três ocorrências.

LINHAS	ITENS ELIMINADOS	COMENTÁRIOS	
1-4	ORADOR – pela ordem... senhor presidente... O SR. PRESIDENTE – questão de ordem... o vereador [x]	Em qualquer casa legislativa os oradores não podem fazer uso da palavra sem a devida permissão do presidente da sessão. O corte da solicitação da palavra e de sua concessão passou, para o texto escrito, uma situação de desrespeito ao Regimento Interno da Câmara, que estabelece, no inciso XIV do artigo 16, que o vereador não pode se utilizar da palavra sem que lhe seja concedida.	
8	a votação	“O SR. PRESIDENTE – Está encaminhando a votação ”	“O SR. PRESIDENTE – Está encaminhando”
		A resposta do presidente contém o objeto do encaminhamento e serve para esclarecer o que está sendo encaminhado. Essa informação pode até ser desnecessária para o leitor “iniciado” nos trâmites das sessões parlamentares, mas não é dispensável ao entendimento do leitor em geral.	
10	a	“ a que horas deverá encerrar a ordem do dia?”	“que horas deverá encerrar a ordem do dia?”
		A preposição “a”, neste exemplo, indica tempo. Seu corte no texto final extraiu esse sentido da fala do orador. Poderíamos dizer, nesse caso, que a taquígrafa procedeu a uma “(des)correção” textual.	

Substituições: uma ocorrência.

LINHA	ITEM SUBSTITUÍDO	COMENTÁRIOS	
9	[certo] por [senhor presidente]	ORADOR – Certo . Pergunto a V.Exa.: A que horas deverá encerrar a Ordem do Dia?	ORADOR – Senhor Presidente , pergunto a V.Exa., que horas deverá encerrar a Ordem do Dia.?
		Observa-se, pelo áudio, que a palavra “certo” foi pronunciada quase que num sussurro pelo orador, porém sua emissão está clara e não vemos explicação para sua troca por “senhor presidente”.	

Trecho 3:

	TEXTO FONTE	TEXTO FINAL
1	O SR. PRESIDENTE – quero informar	O SR. PRESIDENTE – Quero informar
2	aos [] vereadores que chegamos {ao	aos Srs. Vereadores que chegamos às
3	nosso::} às 22 horas e 9 minutos...	22h09min, portanto, [no] limite do tempo.
4	portanto... [ao] limite do tempo	ORADORA (Pela ordem) – Sr.
5	{regimen...}	Presidente, quero manifestar que esta foi
6	{ORADORA – pela ordem... senhor	uma sessão literalmente ordinária.
7	presidente...}	
8	O SR. PRESIDENTE – não tem...	
9	ORADORA [] – [] [eu só queria]	
10	manifestar...	
11	O SR. PRESIDENTE – vereadora... por	
12	favor... não temos...	
13	vereadora... por favor vereadora...	
14	[
15	ORADORA – que esta sessão foi []	
16	literalmente ordinária...	

Esse trecho tem basicamente as mesmas características dos anteriores. Sua escolha deve-se à presença de “sobreposição de vozes” e de um caso de “deslocamento”. Apresentamos, a seguir, os itens destacados e seus comentários.

Acréscimos: quatro ocorrências.

LINHAS	ITENS ACRESCIDOS	COMENTÁRIOS	
2	Srs.	“O SR. PRESIDENTE – Quero informar aos Vereadores que chegamos às 22 horas e 9 minutos, portanto ao limite do tempo regimental”	“O SR. PRESIDENTE – Quero informar aos Srs. Vereadores que chegamos às 22h09min, portanto, no limite do tempo”
		Esse acréscimo é desnecessário tanto no que diz respeito ao Regimento Interno da Casa quanto no que se refere aos padrões lingüísticos.	

9	(Pela ordem)	“ORADORA – <i>Eu só queria manifestar</i> ”	“ORADORA (<i>Pela ordem</i>) – <i>Sr. Presidente, quero manifestar</i> ”
		A inserção dessa informação regimental é imprópria, uma vez que o presidente da sessão não concedeu a palavra à oradora.	
9	Sr. Presidente	“ORADORA – <i>Eu só queria manifestar</i> ”	“ORADORA (<i>Pela ordem</i>) – <i>Sr. Presidente</i> , quero manifestar”
		A introdução do vocativo não se justifica, pois não consta da fala da oradora.	
15	uma	“ <i>esta sessão foi literalmente ordinária</i> ”	“ <i>esta foi <u>uma</u> sessão literalmente ordinária</i> ”
		O acréscimo do artigo indefinido, combinado com o deslocamento do sujeito da oração para depois do verbo, ameniza o aspecto irônico do trocadilho feito com o adjetivo “ordinária” (periódica) e o adjetivo “ordinária” (de má qualidade).	

Eliminações: três ocorrências.

LINHAS	ITENS ELIMINADOS	COMENTÁRIOS	
2-3	ao nosso	“ <i>Quero informar aos vereadores que chegamos ao nosso... às 22 horas e 9 minutos, portanto ao limite do tempo regimen...</i> ”	“ <i>Quero informar aos Srs. Vereadores que chegamos às 22h09min, portanto, no limite do tempo</i> ”
		Esse corte é oportuno, pois serve para eliminar a hesitação do orador.	
5	regimen...	“ <i>portanto ao limite do tempo regimen...</i> ”	“ <i>portanto, no limite do tempo</i> ”
		O orador foi interrompido quase no final da palavra. Em vez de ser omitida, já que ele a proferiu quase completamente e está claro que a palavra completa é “regimental”, ela poderia ter sido registrada na oração, principalmente porque a palavra “regimental” determina que tipo de tempo chegou ao limite.	
6-7	ORADORA – Pela ordem, Senhor Presidente.	A eliminação deste item contribui para aumentar o aspecto anti-regimental da intervenção da oradora.	

Substituições: duas ocorrências.

LINHAS	ITENS SUBSTITUÍDOS	COMENTÁRIOS	
4	[ao] por [no]	<p><i>“chegamos às 22 horas e 9 minutos, portanto ao limite do tempo regimental”</i></p>	<p><i>“chegamos às 22h09min, portanto, no limite do tempo”</i></p>
		<p>Bechara (2002: 454), com relação à regência do verbo chegar, declara: “Chegar: pede a preposição <i>a</i> junto à expressão locativa: Cheguei <i>ao Colégio</i> com pequeno atraso. O emprego da preposição <i>em</i>, neste caso, corre vitorioso na língua coloquial e já foi consagrado entre escritores modernos. O uso padrão continua fiel à preposição <i>a</i>.” Como vemos pela explanação de Bechara, não se justifica a substituição efetuada, pois o orador expressou-se corretamente de acordo com o uso padrão da língua.</p>	
9	[eu só queria] por [quero]	<p><i>“<u>Eu só queria</u> manifestar”</i></p>	<p><i>“<u>quero</u> manifestar”</i></p>
		<p>A substituição do verbo no futuro do pretérito pelo verbo no presente extraiu o tom polido demonstrado pela oradora. Se considerarmos que à troca do verbo está adicionado o corte do advérbio “só”, o qual contribui para amenizar a intervenção da oradora, chegaremos à conclusão de que a mensagem contida no texto final é mais rude que a contida no texto fonte.</p>	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo – identificar as estratégias utilizadas pelo taquígrafo parlamentar para transpor o texto oral para o escrito e verificar, no texto escrito, o grau de interferência na fala do orador – foi cumprido.

Constatamos que algumas estratégias recomendadas por autoridades na área da linguagem e da taquigrafia não foram bem utilizadas nos trechos selecionados, o que o causou um grau relevante de interferência das taquígrafas na fala dos oradores.

Observamos que o trecho 1, “satisfatório” até sua comparação com o áudio, apresentou um nível considerável de cortes, substituições e acréscimos que impedem a passagem para o leitor, de forma perfeita, daquilo que foi dito pelo orador. Os trechos 2 e 3 não se apresentaram “satisfatórios” como o primeiro, mas as alterações detectadas no áudio são menos nocivas ao texto do orador que aquelas ocorridas no primeiro trecho. Isso mostra que nem sempre um texto visualmente satisfatório é um bom trabalho quando se trata da passagem da língua falada para a escrita.

Ao concluir nosso trabalho não podemos deixar de dizer que a atividade do taquígrafo, sobretudo do taquígrafo parlamentar, exige conhecimento diversificado e dedicação, mas o taquígrafo não pode se esquecer, sobretudo, de que o texto transcrito pertence ao orador, não ao transcritor.

GLOSSÁRIO

Anais	Nas casas legislativas, é o conjunto de atas organizadas cronologicamente e separadas por ano.
Aparte	Interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate. É descontado do tempo do orador e depende sempre de sua permissão.
Ata	Registro escrito no qual se transcreve ou relata o que se passou num evento.
Ata integral	Reprodução escrita, em discurso direto, de todas as ocorrências de um evento. Inclui os atos verbais e relata as ações extraverbais praticadas pelo orador ou por outros agentes.
Ata resumida	Aqui, vale a definição de Marcuschi (2003a): “Em geral elas não trazem as falas na forma de turnos, mas mencionam as falas dentro de uma estrutura comandada pela “pauta” da reunião e o roteiro é essencialmente temático”.
Audiência Pública	Reunião geralmente realizada por comissão técnica ou especial com o objetivo de instruir matéria legislativa em tramitação, bem como para tratar de assunto de interesse público relevante. As audiências públicas têm participação ativa da população.
Casa Legislativa/Casa de Leis	Qualquer uma das instituições legislativas, do Congresso Nacional às Câmaras de Vereadores. Muitas vezes o termo é reduzido a “Casa”.
CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito)	Tipo de comissão temporária destinada a apurar fato determinado e por prazo certo e tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Na Câmara Municipal de Guarulhos, o termo para esse mesmo tipo de comissão é CEI (Comissão Especial de Inquérito).
Deliberação	Decisão sobre um determinado assunto mediante votação. As proposições passam pela deliberação do plenário antes de serem votadas ou encaminhadas às Comissões.
Discussão	Fase dos trabalhos destinada ao debate entre os parlamentares acerca de determinada proposição.
Edilidade	Câmara de Vereadores. O Vereador é o “Edil”.
Encaminhamento de votação	Fase da sessão em que o parlamentar expõe suas opiniões sobre a matéria em votação com o intuito de convencer os colegas a aprovarem ou rejeitarem um determinado projeto.
Ordem do Dia	Período da sessão ordinária ou extraordinária destinado à apreciação das proposições constantes da pauta. A própria pauta da sessão.
Pauta	Ordem do dia.

Pela ordem	Confundido com questão de ordem, esse instrumento regimental é utilizado com o objetivo de solicitar informações sobre o andamento dos trabalhos da sessão, fazer reclamação quanto à observância do regimento e apontar falha ou equívoco em relação à proposição da pauta.
Plenário	Conjunto dos parlamentares reunidos em sessão para debater matérias de interesse público ou para deliberar sobre proposições legislativas em pauta. O local onde se realizam as sessões plenárias também leva esse nome.
Presidente da Casa	O presidente da Casa é escolhido dentre os eleitos para presidir a Instituição pelo período de dois anos. O Presidente da Casa, os Vice-Presidentes e os Secretários são eleitos na mesma sessão, para um mesmo período.
Presidente da sessão	Na Câmara Municipal de Guarulhos, as sessões ordinárias e extraordinárias geralmente são presididas pelo Presidente da Câmara, mas ele pode ser substituído pelo Vice-Presidente, pelos membros da Mesa; na falta de qualquer um desses, pelo Vereador mais idoso. Os outros eventos podem ser presididos por qualquer pessoa, Vereador ou não.
Questão de ordem	É utilizada para suscitar, em qualquer fase da sessão, dúvida a respeito de interpretação ou aplicação do regimento em caso concreto, relacionada com a matéria tratada na ocasião.
Regimento interno	Conjunto de normas que regulam o funcionamento de uma instituição.
Sessão extraordinária	Sessão plenária marcada para dia ou hora diversos dos prefixados para as sessões ordinárias, com pauta especificada no ato de convocação.
Sessão ordinária	São sessões realizadas com dia e hora previstos no Regimento Interno para deliberação e votação de matérias. Na Câmara Municipal de Guarulhos está prevista, nessas sessões, a participação de até três munícipes na parte denominada Tribuna Livre, por 10 minutos cada um.
Sessão solene	Sessão que se realiza para comemorações, homenagens especiais ou recepção de altas personalidades.
Tempo regimental	Tempo previsto no Regimento Interno para a duração das sessões ordinárias e extraordinárias e para uso da palavra pelos oradores, nas diversas formas de intervenção.

Veto	Recusa do Chefe do Executivo em sancionar uma lei votada pelo Legislativo, sob o argumento de inconstitucionalidade ou de contrariedade ao interesse público. O veto pode ser parcial ou total, e é necessariamente submetido à deliberação do Legislativo, que pode mantê-lo ou rejeitá-lo.
Votação	Fase do processo legislativo que completa o turno regimental da discussão. Anunciada uma votação, é lícito o uso da palavra para encaminhá-la, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão ou que esteja em regime de urgência.

BIBLIOGRAFIA

- ATÉ QUE PONTO pode o texto literal dos discursos ser alterado para efeito de publicação? <http://www.taquiografia.emfoco.nom.br/variedades>, disponível em 10/12/2005.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Org. DIONÍSIO, Ângela Paiva e HOFFNAGEL, Judith Chambliss. São Paulo: Cortez, 2005.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da Língua Portuguesa*. 1 ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. (rev. e ampl.), Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do Português contemporâneo*. 3 ed. (rev., 5ª reimpr.), Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CURY, Waldir. *Breve histórico da taquiografia*.
<http://www.taquiografia.emfoco.nom.br/historiadataquiografia/brevehistorico.pdf>, disponível em 10/12/2005.
- CURY, Waldir. *Aperfeiçoamento do taquígrafo: tarefa diária e permanente*.
http://www.taquiografia.emfoco.nom.br/artigos/aperfeiçoamento_do_taquigrafo_tarefa%20diaria.pdf, disponível em 10/12/2005.
- CURY, Waldir. *Preciosidades taquigráficas*.
www.taquiografia.emfoco.nom.br/artigos/preciosidades_otimizadas.pdf, disponível em 10/12/2005.
- DICIONÁRIO Aurélio Eletrônico Século XXI. Versão 3.10, 1999.
- FÁVERO, Leonor Lopes et al. *Oralidade e escrita – perspectivas para o ensino da língua materna*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GLOSSÁRIO DE TERMOS Legislativos e Orçamentários.
<http://www2.camara.gov.br/glossario/d.html>, disponível em 10/12/2005.
- JOS. SCHAERLAEKENS. *Estenografia: trabalho intelectual*.
www.taquiografia.emfoco.nom.br/variedades.htm#estenografiatrabalhointelectual, disponível em 10/12/2005.
- KOCH, Ingedore Villaça. *Argumentação e linguagem*. 7 ed. (rev.), São Paulo: Cortez, 2002.

- KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 7 ed., São Paulo: Contexto, 2003.
- KOSE, Jenny Izumi. *A organização do trabalho de taquígrafos parlamentares: um estudo sobre o desenvolvimento de LER/DORT (Lesões por esforços repetitivos/Distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. São Paulo: USP, 2005.
- MAGALHÃES, Oscar Diniz. *Nos primórdios da taquigrafia parlamentar brasileira*. www.taquigrafia.emfoco.nom.br/historiadataquigrafia/nosprimordios.pdf, disponível em 10/12/2005.
- MANUAL DE PROCEDIMENTOS. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2002.
- MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO DETAQ. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.
- MANUAL DE REDAÇÃO. Agência Senado e Jornal do Senado. Brasília: Senado Federal, 2003.
- MANUAL DE REDAÇÃO. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.
- MANUAL DE REDAÇÃO-SECOM. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.
- MANUAL DO VEREADOR. Brasília: Senado Federal, 2005.
- MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE ATAS. Guarulhos: Câmara Municipal de Guarulhos, 2004.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva et alii. *Gêneros textuais e ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- TAQUIGRAFIA. <http://www.taquibras.com.br/taquigrafia.htm>, disponível em 10/12/2005.

ANEXO 1

PROGRAMA DA PROVA PARA O CARGO DE TAQUÍGRAFO DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**CARGO 32: CONSULTOR TÉCNICO LEGISLATIVO – CATEGORIA:
TAQUÍGRAFO**

ESPECIALISTA: 1 Língua Portuguesa. 1.1 Ortografia, acentuação e pontuação gráfica. 1.2 Emprego das classes gramaticais. 1.3 Concordância verbal e nominal. 1.4 Regência verbal e nominal. 2 Interpretação e análise crítica de textos. 2.1 Estruturas lingüísticas e elementos semânticos do texto. 2.2 Texto e contexto: análise de textos comparada a elementos sócio-político-culturais do Brasil de ontem e de hoje. 3 Redação parlamentar. 3.1 Redação e técnica legislativa. 3.2 Discurso parlamentar: o discurso e a comunicação; o discurso político; estrutura do discurso; persuasão e eloqüência. 3.3 Conhecimentos de Lingüística, Literatura e Estilística aplicados ao discurso parlamentar: funções da linguagem; níveis de linguagem; análise de gêneros e estilos de textos; textos literários e não-literários, textos objetivos e subjetivos; textos informativos, didáticos, argumentativos, apologéticos e elegíacos; a racionalidade e a emotividade, a personalidade e a impessoalidade na criação de textos; lirismo e linguagem poética; denotação e conotação; figuras de linguagem; vícios de linguagem. 4 Retórica e teoria da argumentação. 4.1 Fundamentos de retórica. 4.2 Teoria da argumentação: formas de raciocínio; raciocínio e argumento; dedução e indução; o raciocínio categórico-dedutivo. 4.3 Vícios de raciocínio: tautologia; generalização falsa; conclusão não-decorrente; analogia im procedente; ausência de conclusão; sofisma. 5 Produção de textos. 5.1 Elementos estruturais do texto: frase, oração e período; coordenação e subordinação; parágrafo-padrão e tópico frasal; coesão textual: anafóricos e articuladores; coerência textual: meta-regras da repetição, progressão, não-contradição e relação. 5.2 Aspectos intrínsecos (conteúdo e essência) e extrínsecos (forma e estilo) do texto: qualidades de harmonia, coesão, coerência, concisão, objetividade e clareza, correção gramatical e domínio do tema; vícios de prolixidade, linguagem rebuscada, verbosidade, 49 frases e períodos muito longos, uso exagerado de chavões ou clichês; pensamento superficial; frágil argumentação. 5.3 Elaboração de resumo e resenha crítica. 6 Noções de Geografia e História do Distrito Federal.

ANEXO 2

AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS PARA UTILIZAÇÃO DO MATERIAL DE PESQUISA



PODER LEGISLATIVO
CIDADE DE GUARULHOS

Memorando nº 092/05-DL

Guarulhos, 02 de maio de 2005
Da: Encarregada do Serviço de Taquigrafia
Ao: Senhor Presidente

Assunto: Autorização para uso de fitas e
atas

Senhora Presidente,

Tendo em vista que esta servidora está fazendo pós-graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica, aos sábados, em período integral;

Tendo em vista que um dos pré-requisitos para obtenção do diploma de Especialista em Língua Portuguesa é a apresentação de trabalho monográfico;

Tendo em vista que o tema escolhido por esta servidora é "Do oral para o escrito: um ofício do taquígrafo parlamentar";

Tendo em vista que esta servidora consultou o Coordenador de Elaboração de Atas sobre a possibilidade de utilização de trechos de material relativo a sessões ordinárias do ano de 2001 (atas e fitas) e que o referido servidor informou que há condições de fornecer o material;

Tendo em vista que não serão utilizados trechos que possam denegrir a imagem da Câmara;

Tendo em vista que os nomes dos oradores serão omitidos nos trechos utilizados;

Solicito, de V.Exa., autorização para utilizar o material em questão na pesquisa.

CIDADE DE GUARULHOS

Atenciosamente,

Maria Rodrigues de Oliveira
MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Encarregada do Serviço de Taquigrafia

CIENTE:

Gilberto Penido
GILBERTO PENIDO
- Presidente -

*Protocolo nº 092/05-DL
Visto e analisado
em 02/05/2005
por
[assinatura]*

g

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

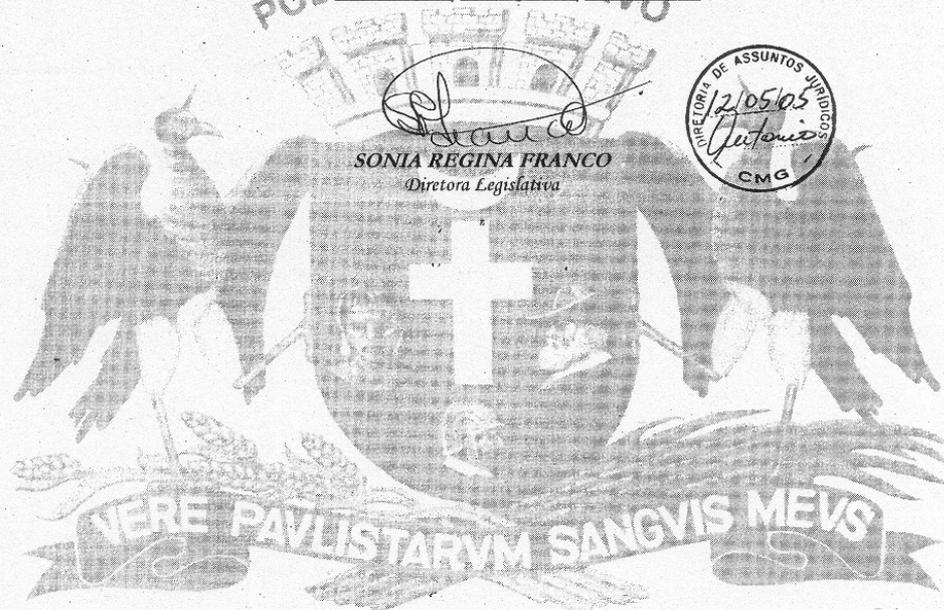


PODER LEGISLATIVO
CIDADE DE GUARULHOS

PROCESSO	FLS.
98075	3
<i>Fidei</i>	
RUBRICA	

ENCAMINHE-SE A DIRETORIA DE ASSUNTOS JURIDICOS
PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS.

DE em 5 / 5 / 05
PODER LEGISLATIVO



Sonia Regina Franco
SONIA REGINA FRANCO
Diretora Legislativa



CIDADE DE GUARULHOS



PODER LEGISLATIVO

CIDADE DE GUARULHOS

DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 980/05

COTA nº 117/05

PROCESSO	FLS.
980/05	04
 RÚBRICA	

Requerente: Maria Rodrigues de Oliveira

Assunto: Solicita autorização para utilização de material que especifica.

À Egrégia Presidência

Trata-se de processo administrativo iniciado através do memorando 092/05-DL, de autoria da servidora Maria Rodrigues de Oliveira, solicitando autorização para utilizar trechos de material relativo a sessões ordinárias do ano de 2001 (atas e fitas), pelos motivos que especifica.

Consta do próprio memorando despacho determinando a remessa dos autos a esta DAJ para análise e viabilidade do pedido.

Nesse passo, não vemos óbices ao deferimento do pedido da requerente, as Atas são documentos públicos, de conhecimento de qualquer cidadão interessado.

A Lei Orgânica do Município se reporta ao assunto no capítulo II – Do registro, assim dispondo:

Art. 115 – O Município terá os livros que forem necessários aos seus serviços, e, obrigatoriamente, os de:

(...)

III – atas das sessões da Câmara;

§ 3º - as informações registradas estarão à disposição de qualquer cidadão, mediante requerimento. (grifo nosso)



PODER LEGISLATIVO

CIDADE DE GUARULHOS

DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 980/05

COTA nº 117/05

PROCESSO	FLS.
980/05	05
 RUBRICA	

É evidente que o uso de informações constantes de documentos públicos não deve ser feito para fins diversos daqueles que buscam esclarecimentos de situações pessoais ou de interesse da coletividade em geral, pois públicas são as informações e não o documento.

No presente caso, a requerente pretende obter autorização para utilização de trechos das atas e fitas, onde serão omitidos os nomes dos oradores, em seu trabalho monográfico.

A esse respeito, não encontramos na legislação nacional e municipal qualquer norma proibitiva a sua autorização, podendo Vossa Excelência, se assim entender, autorizar o pedido.

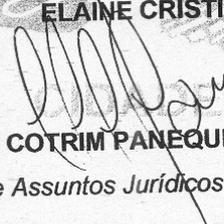
É como entendemos, *sem embargo de opiniões diversas.*

DAJ, 18 de maio de 2005.


ELAINE CRISTINA DE S. O. MAGALHÃES DA SILVA

Procuradora

Visto:


WALTER COTRIM PANÉQUE

Diretor de Assuntos Jurídicos





PODER LEGISLATIVO
CIDADE DE GUARULHOS

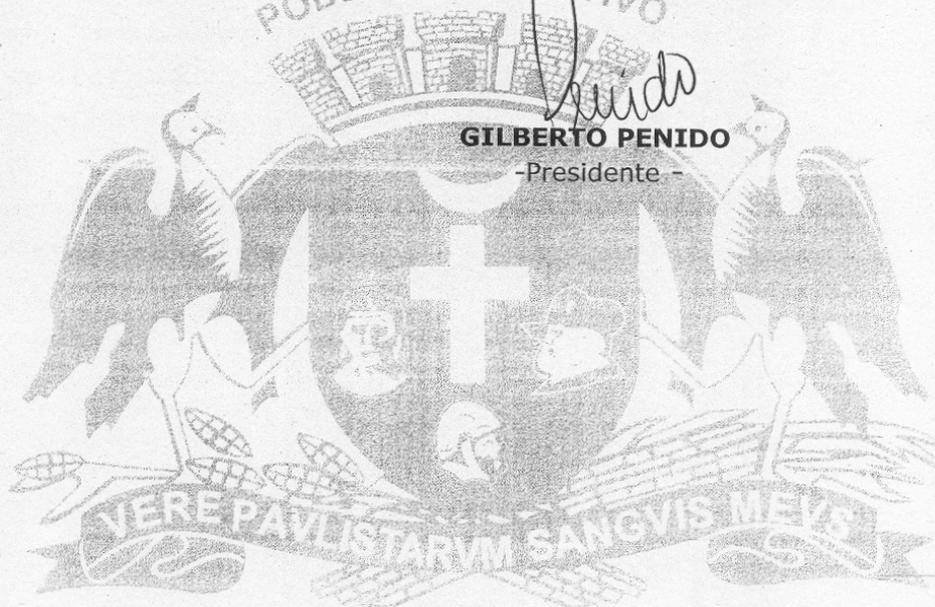
PROCESSO	FLS.
0980/05	06
RUBRICA	

Processo nº 0980/05

Autorizo o pedido inicial. À Diretoria Legislativa para proceder acompanhamento.

G.P., em 19 de maio de 2005.


GILBERTO PENIDO
-Presidente -



CIDADE DE GUARULHOS